

## Quem disse ?

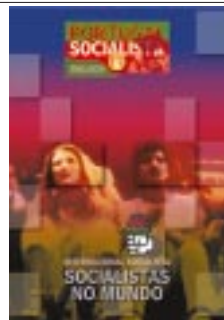
«A reforma fiscal vai, inevitavelmente, enfrentar a arrogância de várias corporações de profissionais liberais».

**Fernando Pereira Marques**  
Expresso, 21 de Outubro



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Presença brilhante em Sidney

### Guterres felicita paralímpicos portugueses

O primeiro-ministro enviou mensagens de felicitação aos atletas Gabriel Potra e Carlos Amaral Ferreira pelas medalhas que alcançaram nos Jogos Paralímpicos de Sidney. A primeira mensagem de António Guterres foi enviada a partir de Seul, quando participava na Cimeira ASEM (Encontro Europa-Ásia) e destinou-se a Carlos Amaral Ferreira pela medalha de prata conquistada nos dez mil metros dos Jogos Paralímpicos de Sidney. Nesse telegrama, o primeiro-ministro enviou «felicitações redobradas por ser a primeira medalha conquistada por Portugal», dirigindo também «um forte abraço de parabéns, em nome pessoal e de todos os portugueses orgulhosos deste seu magnífico resultado desportivo».

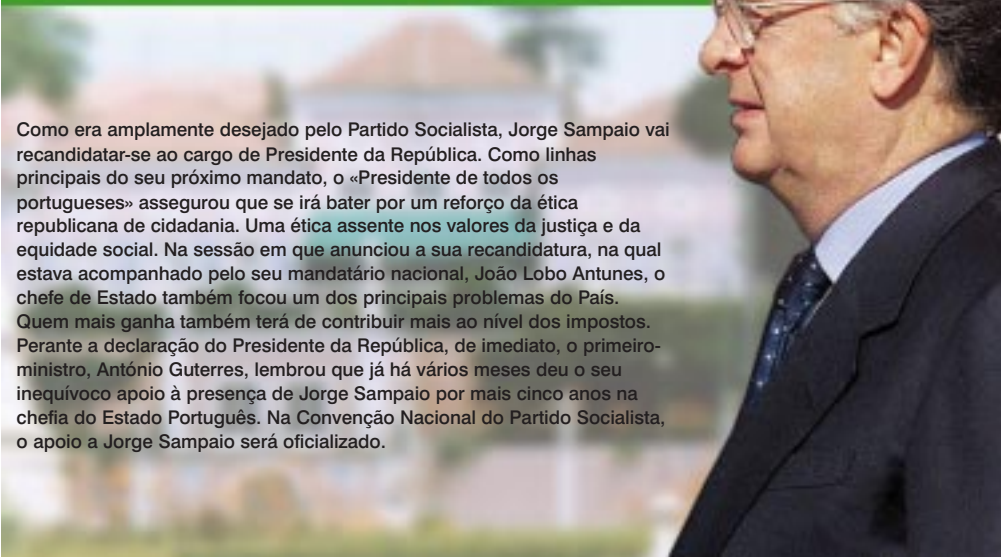
No segundo telegrama, destinado a Gabriel Potra, que conquistou a medalha de ouro nos 200 metros, classe T12, o chefe do Governo diz que «é com grande alegria a satisfação» que envia «os mais sinceros parabéns» pelo «brilhante triunfo». A mensagem de António Guterres destaca ainda o facto de este atleta ter estabelecido um novo recorde paralímpico da prova.

O telegrama de felicitações do primeiro-ministro estendeu-se a outros medalhados portugueses. As duas medalhas de prata já alcançadas nos primeiros quatro dias de provas juntaram-se recentemente a de ouro de Potra e uma de bronze de Maria da Graça Fernandes, também no atletismo, nos 400 metros T38.

Em outra intervenção feita a partir de Seul, o primeiro-ministro realçou o apoio europeu ao processo de democratização na Indonésia, a universalidade dos direitos humanos e o «reforço das organizações de integração regional». António Guterres defendeu também a reforma das Nações Unidas e a criação de um corpo de intervenção rápida para missões de paz. Congratulando-se com a atribuição do Nobel da Paz a Kim Dae-jung, o chefe do Governo elogiou o esforço do presidente da Coreia do Sul para «acabar com a guerra-fria» na península coreana.

## Presidente da República anunciou a sua recandidatura

# REFORÇAR A ÉTICA REPUBLICANA MAIOR EQUIDADE SOCIAL



Como era amplamente desejado pelo Partido Socialista, Jorge Sampaio vai recandidatar-se ao cargo de Presidente da República. Como linhas principais do seu próximo mandato, o «Presidente de todos os portugueses» assegurou que se irá bater por um reforço da ética republicana de cidadania. Uma ética assente nos valores da justiça e da equidade social. Na sessão em que anunciou a sua recandidatura, na qual estava acompanhado pelo seu mandatário nacional, João Lobo Antunes, o chefe de Estado também focou um dos principais problemas do País. Quem mais ganha também terá de contribuir mais ao nível dos impostos. Perante a declaração do Presidente da República, de imediato, o primeiro-ministro, António Guterres, lembrou que já há vários meses deu o seu inequívoco apoio à presença de Jorge Sampaio por mais cinco anos na chefia do Estado Português. Na Convenção Nacional do Partido Socialista, o apoio a Jorge Sampaio será oficializado.

## Política

### Jorge Coelho e Pina Moura respondem a críticas ultrapassadas Cavaco Silva é o pai do monstro



Cavaco Silva voltou a revelar o seu ressentimento por ter sido despedido pelos portugueses do lugar de primeiro-ministro. Na resposta, o ministro de Estado e do Equipamento Social, Jorge Coelho, lembrou quais foram os resultados do «cavaquismo»: crescimento económico fraco, desemprego e injustiças sociais. No mesmo sentido, o ministro das Finanças, Pina Moura, recordou que foi o cavaquismo quem mais fez crescer algumas despesas inúteis no Sector Público Administrativo. Por outras palavras, o pai do monstro (aumento da despesa pública) é o próprio Cavaco Silva.

## Governo

### Empresas Privatizar e reprivatizar



O Conselho de Ministros aprovou, no dia 20, um conjunto de diplomas relativos à quarta fase do processo de reprivatização do capital social da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, SA. A operação prevista neste diploma concretiza-se na alienação, por concurso público, de um bloco indivisível de 13 505 502 acções nominativas.



## Sampaio recandidata-se a Belém

O Presidente da República, Jorge Sampaio apresentou formalmente a sua recandidatura a um novo mandato, na passada quinta-feira, numa sessão em Lisboa, acompanhado pela mulher, pelos dois filhos e pelo mandatário da campanha, o médico João Lobo Antunes. Na sua intervenção, Jorge Sampaio voltou a manifestar a sua vontade em continuar a dar ao País um contributo assente numa ética republicana, nos valores da justiça e da equidade sociais. A questão social acabou mesmo por dominar o seu discurso. Sampaio alertou os portugueses para os anos mais difíceis que se avizinham em contraponto ao ciclo de crescimento económico de que temos vindo a beneficiar.

Neste sentido, declarou que quer «um país mais justo, um país em que quem mais ganhe mais impostos pague», e «em que a justiça julgue com igual rigor e celeridade o rico e o pobre». A sua forte sensibilidade relativamente à justiça e solidariedade social é, aliás, um dos marcos deste seu primeiro mandato e que têm pautado a sua intervenção ao longo da sua já longa vida política.

Para o actual Presidente da República, a sua recandidatura é uma «decisão longamente meditada», em que «prevalece a vontade de continuar a lutar pelos valores e pelos princípios que motivam desde a primeira hora o combate político. O desempenho de funções presidenciais é um exercício de ponderação e equilíbrio político, que exige uma atitude isenta perante os partidos, uma independência de julgamento que se alicerça na ética de comportamento político e na sua experiência acumulada ao longo de uma vida», afirmou. O chefe de Estado alertou, na sua intervenção, os portugueses para a necessidade de olhar para Portugal numa «perspectiva de longo prazo», porque, friso, a perspectiva ilusória do curto prazo que domina a vida portuguesa é negativa para Portugal e compromete o desenvolvimento equilibrado do país.

Defendendo ser necessário lutar contra «a tradicional atitude da lamúria permanente», Jorge Sampaio afirmou que procurou demonstrar ao longo do mandato, que agora termina, um «profundo sentimento de confiança nas capacidades de realização dos portugueses». «Só uma cultura de exigência, rigor e ousadia nas políticas pode combater a passividade, incentivando a procura de soluções sustentadas, em detrimento dos compromissos precários que adiam as necessárias reformas profundas e minam a confiança dos cidadãos», enfatizou o Presidente da República.



## ESQUERDA DE LUTO NA MORTE DE PIERRE MENDÈS FRANCE

A morte aos 75 anos de Pierre Mendès France, insigne socialista e grande pedagogo da República moderna, era alvo de destaque na edição de 21 de Outubro de 1982.

Um extenso artigo do camarada Alfredo Barroso e um depoimento do camarada Mário Soares sobre esta grande figura moral e política da França contemporânea que entrou na História como um dos grandes pensadores do socialismo democrático podiam ser lidos nesta edição.

«Pierre Mendès France defendeu com particular tenacidade a elaboração de "um contrato político na execução do qual todas as forças do progresso poderão um dia participar". Os objectivos fundamentais desse contrato político definiu-os ele em 1962, com extremo rigor: "Empreender amanhã uma autêntica democratização do ensino, modificar a repartição do rendimento nacional em favor das classes desfavorecidas, ganhar o controlo pelo Estado das posições dominantes da economia, assegurar desde já o respeito pelas liberdades fundamentais e dos Direitos do Homem", lia-se no artigo de Alfredo Barroso.

J. C. CASTELO BRANCO

21 de Outubro

### Quem Disse?

«Em todos os domínios o liberalismo equivocado dos srs. Giscard d'Estaing, Barre e Monory, ou o liberalismo provocante da sra. Thatcher, não podem resolver os problemas. O país não os aceitará se se tratar de manter as injustiças, os privilégios, os lucros mal adquiridos»

Pierre Mendès France



## Ambiente Portugal assina Convenção Europeia da Paisagem

Portugal assinou, no passado dia 20, em Florença, juntamente com mais 17 países, a Convenção Europeia da Paisagem, elaborada pelo Conselho da Europa, em Julho passado.

O secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, Pedro Silva Pereira, que representou o Governo português em Florença, considera a Convenção um «compromisso político muito importante» e um «alerta para aqueles que decidem sobre a gestão do território».

A Convenção Europeia da Paisagem obriga os Estados a adoptar, a nível local, regional e nacional, políticas e medidas de protecção e gestão das paisagens.

Para o secretário de Estado Pedro Silva Pereira, esta Convenção vem permitir que o valor paisagístico comece cada vez mais a ser considerado nas políticas de ordenamento do território. «É tão importante considerar o valor da paisagem natural como o da paisagem cultural, humanizada», afirmou.

O secretário de Estado disse ainda que

está já a ser realizado em Portugal um estudo sobre as características das paisagens nacionais, que pretende ser «um atlas paisagístico português».

Além deste levantamento paisagístico que compete a cada um dos Estados signatários, a Convenção Europeia recomenda a realização de campanhas de sensibilização da opinião pública para estas questões.

A Convenção propôs igualmente a criação de medidas jurídicas nacionais e europeias destinadas a formar «políticas de paisagem» e a encorajar a interacção entre as entidades locais e centrais de cada Estado.

Apesar de a preservação paisagística não ser passível de uma avaliação objectiva, o Conselho da Europa criou um secretariado que vai acompanhar a implementação da Convenção em cada país signatário: Portugal, Bélgica, Bulgária, Croácia, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Itália, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Moldova, Noruega, Roménia, San Marino, Suíça e Turquia.

## Desenvolvimento rural Portugal terá cerca de 395 milhões de contos até 2006

Cerca de 395 milhões de contos vão ser aplicados no desenvolvimento rural em Portugal, entre 2000 e 2006, ao abrigo do programa Ruris, aprovado terça-feira, dia 24, em Bruxelas, revelou o secretário de Estado do sector.

Segundo Vítor Barros, o programa assenta em quatro intervenções de base, sendo a reforestação de terras agrícolas financiada com a comparticipação de privados.

O programa contempla também a

reforma antecipada para agricultores, indemnizações compensatórias e medidas agro-ambientais.

Os três últimos pontos estão inseridos na despesa pública, assumida em 75 por cento pela União Europeia e nos restantes 25 por cento pelo Estado português.

Vítor Barros falava à margem da inauguração da Mostra do Mundo Rural, patente na Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural até 23 de Dezembro.

## Apoio Judiciário Pedidos através da Segurança Social

O processo para obtenção de apoio judiciário por parte de cidadãos sem recursos económicos para contratar um advogado privado vai deixar de ser tramitado nos tribunais, passando a ser feito nos serviços da Segurança Social.

Este foi um dos aspectos mais importantes realçados pelo ministro da Justiça, António Costa, no final de uma reunião com o bastonário da Ordem dos Advogados, Pires de Lima, para ultimar um acordo sobre a reforma do apoio judiciário, com efeitos a partir de 1 de Janeiro.

A transferência do chamado processo de qualificação para obtenção de apoio judiciário para os serviços da Segurança Social terá, nas palavras de António Costa, a «enorme vantagem de aliviar os tribunais»

para outras tarefas mais úteis e não burocráticas.

Através de um novo protocolo, a assinar esta semana, resulta também que «todo o patrocínio oficioso passará a ser assegurado por advogados», só podendo os advogados estagiários desempenhar no apoio judiciário os actos que já podem praticar no mercado livre.

A Ordem dos Advogados continuará a assegurar a nomeação dos advogados no patrocínio judiciário, mas, segundo o ministro, com o protocolo ficam «melhor definidos os critérios de carência económica que justificam o apoio judiciário», quer nos processos civis, de família, administrativos e laborais, quer nos de natureza criminal.

## REFORÇAR A ÉTICA REPUBLICANA MAIOR EQUIDADE SOCIAL

Como era amplamente desejado pelo Partido Socialista, Jorge Sampaio vai recandidatar-se ao cargo de Presidente da República. Como linhas principais do seu próximo mandato, o «Presidente de todos os portugueses» assegurou que se irá bater por um reforço da ética republicana de cidadania. Uma ética assente nos valores da justiça e da equidade social. Na sessão em que anunciou a sua recandidatura, na qual estava acompanhado pelo seu mandatário nacional, João Lobo Antunes, o chefe de Estado também focou um dos principais problemas do País. Quem mais ganha também terá de contribuir mais ao nível dos impostos. Perante a declaração do Presidente da República, de imediato, o primeiro-ministro, António Guterres, lembrou que já há vários meses deu o seu inequívoco apoio à presença de Jorge Sampaio por mais cinco anos na chefia do Estado Português. Na Convenção Nacional do Partido Socialista, o apoio a Jorge Sampaio será oficializado.



O Presidente da República anunciou quinta-feira a sua recandidatura a um novo mandato para continuar a dar ao País um contributo assente em uma ética republicana nos valores da justiça e da equidade sociais. «Vêm aí anos mais difíceis», frisou Jorge Sampaio, assinalando que «nos últimos 15 anos» os portugueses «beneficiaram de um ciclo de crescimento económico e de maiorias parlamentares sólidas. O País não voltará a dispor, a prazo, da ajuda destes factores», alertou o Presidente da República. Jorge Sampaio fez a sua declaração de candidatura, num hotel de Lisboa, acompanhado pela mulher, pelos dois filhos e pelo mandatário da campanha, João Lobo Antunes. De acordo com o chefe de Estado, a «perspectiva ilusória do curto prazo domina a vida portuguesa. Isso preocupa-me, como tantas vezes referi. Essa perspectiva é negativa para Portugal e compromete o desenvolvimento do país», afirmou Jorge Sampaio. Defendendo a necessidade de olhar para Portugal numa «perspectiva de longo prazo», o Presidente da República declarou que quer «um país mais justo, um país em que quem mais ganhe mais impostos pague», ou, ainda, «em que a justiça julgue com igual rigor e celeridade o rico e o pobre». Para o actual Presidente da República, a sua recandidatura é uma «decisão longamente meditada», em que

«prevalece a vontade de continuar a lutar pelos valores e pelos princípios que movim desde a primeira hora o combate político. O desempenho de funções presidenciais é um exercício de ponderação e equilíbrio político, que exige uma atitude isenta perante os partidos, uma independência de julgamento que se alicerça na ética de comportamento político e na sua experiência acumulada ao longo de uma vida» que «já soma 40 anos de acção política», disse.

Como sublinhou Jorge Sampaio, o exercício do cargo de chefe de Estado «impõe, ainda, uma disciplina institucional rigorosa, pois a acção do Presidente da República deve ser parcimoniosa e reservada na contenção e na antecipação de crises políticas». Embora fazendo uma «avaliação positiva das realizações da democracia portuguesa», o chefe de Estado reafirmou as suas preocupações com a situação em que os portugueses se encontram e se encontra, nomeadamente, pelas «fragilidades e deficiências do modelo de desenvolvimento» do País. «Só uma cultura de exigência, rigor e ousadia nas políticas pode combater a passividade, incentivando a procura de soluções sustentadas, em detrimento dos compromissos precários que adiam as necessários reformas profundas e minam a confiança dos cidadãos», enfatizou o Presidente da República. Num breve balanço do seu primeiro mandato, Jorge Sampaio afirmou

que procurou demonstrar um «profundo sentimento de confiança nas capacidades de realização dos portugueses, contra a tradicional atitude da lamúria permanente».

### Guterres entusiasmadíssimo com recandidatura

A partir de Seul, capital da Coreia do Sul, o primeiro-ministro, António Guterres, apoiou a decisão do Presidente da República, Jorge Sampaio, de se recandidatar à chefia do Estado Português, mas salientou que o «apoio oficial» do Partido Socialista será formalizado na Convenção Nacional.

De acordo com o chefe do Governo, «Jorge Sampaio conta desde a primeira hora» com o seu apoio. «Já o tinha antes de anunciar a sua recandidatura», sublinhou o camarada António Guterres. «Já declarei o meu apoio, mas, estatutariamente, o apoio oficial do PS será feito na Convenção do partido», esclareceu o primeiro-ministro. Estas palavras de António Guterres foram proferidas quando participava na terceira cimeira bienal da ASEMM (Encontro Ásia-Europa), um fórum de diálogo e cooperação «constituído em 1996 pelos quinze países da União Europeia e dez nações asiáticas (Brunei, China, Coreia do Sul, Filipinas, Japão, Malásia, Singapura, Tailândia e Vietname).

No mesmo dia em que Jorge Sampaio anunciou a sua recandidatura, a Comissão Permanente do Partido Socialista, por

Narciso Miranda, reiterou o seu apoio a esta decisão. Como salientou o presidente da Comissão Política da Federação do Porto do PS, Jorge Sampaio, «ao longo dos últimos cinco anos, criou uma relação coerente e de grande afectividade com o povo português». Por essa razão, acrescentou Narciso Miranda, ao fim do seu primeiro mandato na chefia de Estado, «Jorge Sampaio aumentou significativamente a sua base social de apoio», até porque funcionou como «um chefe de Estado de todos os portugueses». Como salientou Narciso Miranda, na sua segunda candidatura a Presidente da República, «Jorge Sampaio irá contar com o apoio inequívoco do PS». Paralelamente, definiu o PS como «o único referencial de estabilidade em Portugal», perante uma oposição sem projecto alternativo, mas cada vez mais destrutiva.

### Sampaio e a situação europeia

Sábado passado, o Presidente da República congratulou-se com «o regresso à normalidade» das relações entre Portugal e a Áustria, durante um encontro, em Lisboa, com o seu homólogo austríaco, Thomas Klestil. «Convidei o presidente Klestil para assinalar o regresso à normalidade das relações entre Portugal e a Áustria após o levantamento das medidas adoptadas em Fevereiro (sanções bilaterais), e assim marcar o nosso desejo de relançar as tradicionais relações de amizade e cooperação entre os dois países», afirmou Jorge Sampaio.

O Presidente da República defendeu a posição tomada pelos «catorze» parceiros da Áustria, afirmando que aquelas medidas «contribuíram para reforçar a consciência da importância dos valores europeus, designadamente junto da sociedade civil». Importa agora, salientou o chefe de Estado, «prosseguir no seio da Europeia uma reflexão sobre o procedimento a inscrever nos tratados para apreciar este tipo de situação».

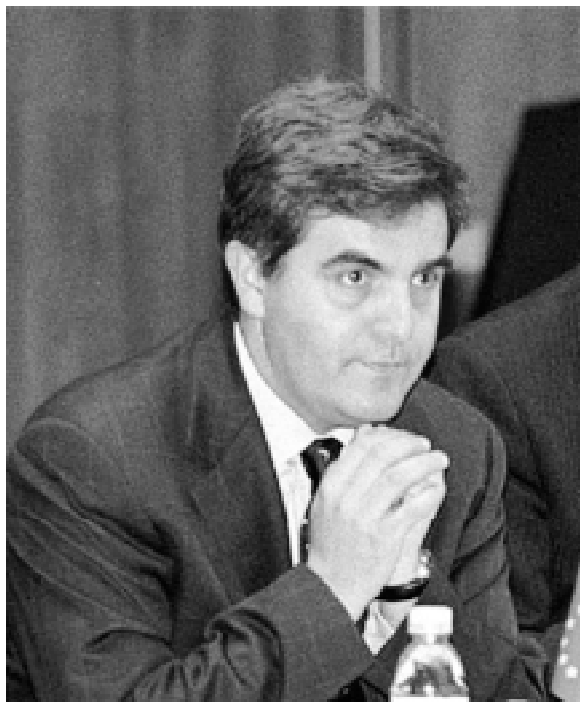
De acordo com Jorge Sampaio, o aprofundamento das relações entre Viena e Lisboa é agora uma prioridade, lembrando que Portugal e a Áustria são dois Estados de média dimensão da União Europeia, com interesses em comum, que precisam de estar unidos perante os desafios à sua frente, nomeadamente na Conferência Intergovernamental e no alargamento da União Europeia a Leste. Jorge Sampaio também agradeceu ao presidente austríaco o apoio dado à questão de Timor-Leste, particularmente no «período crítico entre o referendo e a instalação no território de uma força multinacional».

## CAVACO SILVA É O PAI DO MONSTRO

**Cavaco Silva voltou a revelar o seu ressentimento por ter sido despedido pelos portugueses do lugar de primeiro-ministro. Na resposta, o ministro de Estado e do Equipamento Social, Jorge Coelho, lembrou quais foram os resultados do «cavaquismo»: crescimento económico fraco, desemprego e injustiças sociais. Hoje, deixou bem claro Jorge Coelho, o ex-líder laranja defendeu um modelo de desenvolvimento ultrapassado para o País. Não é esse – nem nunca será – o caminho dos socialistas. No mesmo sentido, o ministro das Finanças, Pina Moura, recordou que foi o cavaquismo quem mais fez crescer algumas despesas inúteis no Sector Público Administrativo. Por outras palavras, o pai do monstro (aumento da despesa pública) é o próprio Cavaco Silva. Em outra intervenção pública, o ministro da Presidência advertiu os partidos da oposição de que não poderão usar o Orçamento de Estado de 2001 como mera arma política.**

O ministro de Estado e do Equipamento Social, Jorge Coelho, acusou segunda-feira Cavaco Silva de defender um modelo de desenvolvimento do País já ultrapassado. Um modelo que disse ser baseado nos despedimentos e na redução dos salários reais. Jorge Coelho garantiu que o Governo socialista vai manter o rumo que tem seguido. Rumo esse que aposta na solidariedade e na justiça social e fiscal. O camarada Jorge Coelho rejeitou depois o modelo de «prepotência, da desigualdade e do fornecimento dos mais fortes e poderosos» que é preconizado por Cavaco Silva. «Não nos venham pedir um modelo de desenvolvimento que não é o nosso», respondeu Jorge Coelho.

Ainda segundo o ministro de Estado e do Equipamento Social, a corrente que apoia ainda Cavaco Silva «aprendeu mal a lição». Os cavaquistas, acrescentou, caso estivessem no Governo, «teriam já feito aumentos de combustíveis e das portagens. Teriam ao mesmo tempo acabado com o rendimento mínimo garantido e realizado despedimentos maciços na Administração Pública», continuou o coordenador da Comissão Permanente do PS. «Não é esse o nosso rumo, não foi isso que fizemos, não é isso que vamos fazer», acentuou Jorge Coelho. Como evidenciou o ministro de Estado e do Equipamento Social, «pelos vistos, há professores que ensinam bem, mas têm alunos que aprendem mal», comentou, recordando depois o «buziño» na Ponte 25 de Abril, a taxa do desemprego que se verificava nos tempos de maiorias



absolutas laranjas e as falências em série de empresas, sobretudo nos últimos anos de cavaquismo. Depois de lamentar que haja pessoas com a memória bem curta, Jorge Coelho recordou que, relativamente a 1993, o Governo de Cavaco Silva tinha começado por prever um crescimento da economia de três por cento, quando, afinal, se veio a registar um crescimento negativo de 1,4 por cento. «Isto para já não falar da diminuição da diminuição dos investimentos em seis por cento e dos valores então atingidos pela inflação, pelo défice, pela dívida e pela taxa de desemprego», acrescentou o ministro de Estado e do Equipamento Social. Em conclusão, segundo o camarada Jorge Coelho, a pessoa que anda a «falar de cátedra» (Cavaco Silva) devia «ter mais humildade». Sugeriu então ao PSD que, se está tão empenhado no aumento dos combustíveis, promova uma petição à Assembleia da República nesses sentidos, ou mesmo a realização de um referendo nacional.

### Despesa pública menor

Na sexta-feira, o ministro das Finanças,

no «investimento e em maiores ganhos de produtividade. As decisões dos agentes económicos e sindicais precisam de ser redireccionadas neste sentido», sustentou. O ministro das Finanças alertou ainda para o facto de este ajustamento «não ter apenas aspectos simpáticos, mas também ser causador de algum desconforto». Em relação à política de incentivo à competitividade empresarial, o titular da pasta das Finanças destacou a baixa do IRC de 34 para 32 por cento, medida consagrada no último Orçamento de Estado, mas que se repercutirá, pela primeira vez, durante o próximo ano.

### Orçamento não é arma política

Na mesma sexta-feira, o ministro da Presidência, Guilherme d'Oliveira Martins, acusou a oposição de usar o Orçamento de Estado como «uma arma política», sem o apreciar de «forma correcta», classificando esta como uma atitude que é «censurável, porque põe em causa o futuro dos portugueses». Como afirmou o membro do Governo, o Orçamento de Estado mexe com a confiança e com o futuro dos cidadãos e, por isso, deve ser tratado com «grande sentido de responsabilidade», não podendo ser objecto de «jogos políticos das várias forças da oposição. Apelamos à responsabilidade dos partidos. Nós assumiremos todas as responsabilidades que passam pela defesa deste Orçamento», frisou o titular da pasta da Presidência, considerando que a proposta do Governo é positivo, já que estamos perante o Orçamento de Estado da reforma fiscal, tendo ainda preocupações com a Segurança Social – metas que, sem a sua aprovação, «não podem ser cumpridas».

Guilherme d'Oliveira Martins frisou a seguir que o assumir de responsabilidades, por parte do Governo, «significa, em cada momento, fazer um combate que é indispensável. Garantimos que faremos tudo o que esteja ao nosso alcance para fazer aprovar este Orçamento», concluiu o ministro da Presidência.

Na segunda-feira, também em conferência de Imprensa, o ministro de Estado e do Equipamento Social, Jorge Coelho, dirigiu um apelo aos portugueses para que pressionem todos os que podem aprovar o Orçamento, realçando que o país «não poderá ficar parado. É a primeira vez, desde o 25 de Abril de 1974, que há o risco de o Orçamento de Estado ser rejeitado», lembrou o coordenador da Comissão Permanente do PS. Depois, Jorge Coelho manifestou o seu espanto por se apresentarem propostas de alteração ao Orçamento de Estado na especialidade, quando os partidos «se preparam para o chumbar na generalidade». Uma alusão às propostas do CDS-PP.

## PRIVATIZAR E REPRIVATIZAR

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 20, em reunião extraordinária um conjunto de diplomas relativos às fases de privatização de três empresas nucleares do País. Assim, os governantes decidiram aprovar um decreto-lei que define a quarta fase do processo de reprivatização do capital social da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, SA.

A operação prevista neste diploma concretiza-se na alienação, por concurso público, de um bloco indivisível de 13505502 acções nominativas, com o valor nominal de cinco euros cada, representando 10,049 por cento do capital social da Cimpor, devendo os termos e condições do concurso público constar de caderno de encargos a aprovar por resolução do Conselho de Ministros. Os principais critérios de selecção da proposta vencedora são os seguintes:

- Contribuição para a manutenção da identidade empresarial da Cimpor;
- Contribuição para a manutenção da Cimpor como sociedade com o capital aberto ao investimento do público;
- Contribuição para o reforço da capacidade concorrencial da Cimpor, no plano internacional;
- Preço oferecido.

Sem prejuízo da possibilidade de estabelecimento de um preço mínimo no caderno de encargos, o critério do preço apenas será utilizado para optar entre propostas que, segundo os demais critérios, se considerem de mérito equivalente.

A determinação do concorrente vencedor do concurso público será feita mediante resolução do Conselho de Ministros.

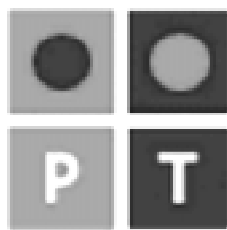
As acções adquiridas no âmbito do concurso público previsto neste diploma são, em qualquer circunstância, indisponíveis pelo prazo de três anos contados da data de publicação da resolução do Conselho de Ministros que determine o concorrente vencedor.

Após a aquisição das acções da Cimpor objecto da quarta fase de reprivatização, cessarão automaticamente os direitos especiais do Estado consagrados nos estatutos da Cimpor.

Por fim, importa salientar que é revogado o artigo 12º, n.º 1, do decreto-lei n.º 410/93, de 21 de Dezembro, que impediria a participação, directa ou indirecta, no presente concurso, de titulares de acções reprivatizadas da Secil. Julga-se que as razões que motivaram tal preceito já não subsistem e que seria perverso manter uma regra que levaria a que as únicas entidades, em todo o mundo, com interesses no sector dos cimentos excluídas do concurso fossem os titulares de acções reprivatizadas da Secil.

### PT

O Governo deu luz verde também à resolução que define as condições finais e



concretas das operações necessárias à execução da quinta fase do processo de reprivatização da Portugal Telecom, SA.

Este diploma vem definir as condições concretas de alienação das acções da Portugal Telecom, SA, no âmbito da oferta pública de venda (OPV) no mercado nacional e da venda directa institucional.

Não obstante o aumento do capital social da Portugal Telecom, SA, deliberado pelo conselho de administração da sociedade, em 17 de Outubro de 2000, cujos parâmetros foram definidos em deliberação da assembleia geral, realizada em 12 de Setembro de 2000, nos termos do artigo 8.º do decreto-lei n.º 227-A/2000, de 9 de Setembro, se realizar ao preço que for fixado para a venda directa institucional, são igualmente estabelecidas as condições em que se poderá processar a alienação dos direitos de subscrição inerentes às acções por privatizar ainda detidas por entes públicos.

No que respeita à OPV, o Conselho de Ministros definiu as condições de alienação em cada um dos segmentos de investidores, designadamente as condições especiais de que beneficiarão os trabalhadores da PT e os pequenos subscritores e emigrantes, das quais se destaca o desconto de 5 por cento sobre o preço base das acções, que ficam indisponíveis durante um prazo de três meses, após a Sessão Especial na Bolsa de Valores de Lisboa.

Os trabalhadores da Portugal Telecom beneficiam ainda de um desconto adicional de 5 por cento sobre o preço, a aplicar após dedução do desconto acima referido se adquirirem as acções a pronto pagamento, podendo ainda optar pelo pagamento em duas prestações iguais, a primeira vencendo-se no acto de subscrição e a segunda após 12 meses. Tanto os trabalhadores da PT como os pequenos subscritores e emigrantes têm direito a uma acção adicional gratuita por

cada dez acções adquiridas –, desde que as mantenham durante o período de um ano – prémio de fidelidade.

Os trabalhadores da PT e os pequenos subscritores e emigrantes poderão adquirir individualmente até três mil acções; os investidores na tranche para o público em geral e os detentores de obrigações da PT poderão adquirir até cinco mil acções.

Todas as ordens de compra deverão ser expressas em múltiplos de dez acções.

Aos trabalhadores da PT e das sociedades participadas maioritariamente pela PT será garantida a atribuição de um mínimo individual de 300 acções.

O preço final das acções a alienar na OPV, em euros, será o menor entre (i) o preço fixado para a venda directa institucional e (ii) a média ponderada das cotações da PT na BVL durante o período da OPV, acrescida de 5 por cento.

O pré-registo de acções (em dois períodos) garantirá condições preferenciais de atribuição de acções PT, em caso de rateio. No primeiro período o coeficiente de rateio será superior em 200 por cento ao do das demais ordens de compra, e no segundo esse coeficiente será superior em 100 por cento.

A venda directa institucional será contratada com um conjunto de instituições financeiras, a definir ulteriormente em Resolução do Conselho de Ministros, que procederão de imediato à sua dispersão junto de investidores institucionais em Portugal e no estrangeiro.

Poderá ser alienado um lote suplementar de acções (*green shoe*), em percentagem não superior a 15 por cento das acções a colocar no âmbito da OPV e da venda directa institucional. Esta alienação deverá ocorrer a pedido das instituições financeiras adquirentes na venda directa institucional, no prazo máximo de 30 dias contados da data da Sessão Especial de Bolsa.

O preço unitário na venda directa

institucional será definido com base no resultado da recolha prévia de intenções de compra dos investidores institucionais e reflectir as condições dos mercados financeiros nacional e internacional (*bookbuilding*).

Este diploma autoriza ainda o Estado e a Parpública a alienar os direitos de subscrição inerentes às acções por privatizar de que sejam titulares, no aumento do capital social da PT deliberado pelo Conselho de Administração da sociedade em 17 de Outubro de 2000, nos termos do artigo 8º do decreto-lei n.º 227-A/2000, de 9 de Setembro, e do n.º 3 do artigo 4º dos respectivos estatutos.

A alienação destes direitos deverá realizar-se ao preço que o mercado valorize os direitos de subscrição das acções ordinárias da PT a emitir neste aumento de capital.

O aumento de capital será destinado preferencialmente aos accionistas da PT, que poderão subscrever um número de novas acções proporcionalmente à quantidade de acções de que sejam titulares, sendo o preço de subscrição o mesmo que for fixado para a venda directa institucional.

### EDP

Uma resolução que define as condições finais e concretas das operações necessárias à execução da quarta fase do processo de reprivatização da EDP – Electricidade de Portugal, SA.

De acordo com o teor do decreto-lei n.º 141/2000, de 15 de Julho (aprova a 4ª fase de reprivatização da EDP) e em conformidade com as Resoluções do Conselho de Ministros de 27 de Julho de 2000 (define a generalidade das condições da concretização da quarta fase) e de 12 de Outubro de 2000 (definição dos intervalos dentro dos quais se deve precisar a quantidade de acções objecto da OPV e as quantidades de cada uma das suas reservas e sub-reservas) este diploma vem estabelecer o seguinte:

- A OPV tem por objecto 240 000 000 (duzentos e quarenta milhões) de acções (incluindo um lote de 17 000 000 (dezassete milhões) de acções destinadas aos trabalhadores da EDP, pequenos subscritores e emigrantes que mantenham a titularidade das acções adquiridas no âmbito da OPV pelo prazo de um ano;

- O lote reservado a trabalhadores da EDP tem por objecto 10 000 000 (dez milhões) de acções;

- O lote reservado a pequenos subscritores e emigrantes tem por objecto 160 000 000 (cento e sessenta milhões) de acções;

- O lote destinado ao público em geral terá por objecto 53 000 000 (cinquenta e três milhões) de acções.

A venda directa terá por objecto um lote de 305 454 546 (trezentos e cinco milhões quatrocentos e cinquenta e quatro mil quinhentas e quarenta e seis) acções.

PELO PAÍS

Governança Aberta

**AMBIENTE**

A requalificação do centro histórico de Castelo Branco é um dos projectos a executar no âmbito do programa Polis para esta cidade, que foi apresentado, no dia 24, pelo ministro do Ambiente na presença do primeiro-ministro.



O Polis (Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental) de Castelo Branco é o sétimo projecto a ser apresentado.

De acordo com o projecto, em Castelo Branco, a área de intervenção abrange cerca de 33 hectares, nas zonas do centro cívico, área envolvente do castelo, centro histórico, Jardim do Paço e Parque da Cidade.

Assim, no centro cívico, Largo da Defesa, zona do antigo quartel do Regimento de Cavalaria 8 e ruas envolventes, está prevista a instalação de diversos equipamentos de cultura, recreio e lazer e a criação de estacionamento subterrâneo, novos espaços verdes e zonas pedonais. No centro histórico, o trânsito será reordenado, permitindo a construção de novas praças, espaços verdes e a recuperação de ruas para os peões.

No total, o projecto do Polis de Castelo Branco atinge cerca de dez milhões de contos.

**CIÊNCIA**

O ministro da Ciência exortou, no dia 20, a Universidade de Coimbra e os Encontros de Fotografia a cooperarem na inventariação e divulgação da fotografia científica em Portugal.



Para Mariano Gago, desse modo aproveitar-se-iam capacidades da Universidade e a experiência do relevante trabalho dos Encontros na produção e difusão da arte fotográfica, ao longo de duas décadas.

«É natural que exista um acervo de fotografia científica na Universidade, e julgo que Coimbra podia ter um papel significativo» neste domínio, sublinhou o governante, ao presidir à sessão de abertura do colóquio «Tempos e Imagens», organizado pelo Museu da Física da instituição.

Para Mariano Gago, «há um vastíssimo património que não está explorado», no domínio da fotografia de ciência, com espólios dispersos, não inventariados nem catalogados, na posse de instituições e particulares.

«A fotografia está para a ciência numa relação fundadora», argumentou o ministro, realçando que os meios técnicos para aquela arte se desenvolveram com os avanços científicos, e «grande parte» dos fenómenos biológicos foram esclarecidos através de instantâneos fotográficos.

**CULTURA**

O ministro da Cultura, José Sasportes, garantiu, no dia 23, em Portimão, que uma das prioridades do seu ministério é a de recuperar todos os sítios arqueológicos que ainda seja possível salvar.



Falando no final da inauguração do Centro de Acolhimento e Interpretação dos Monumentos Megalíticos de Alcalar, o governante referiu que muitos dos sítios arqueológicos em Portugal foram estragados e devassados ao longo dos anos, sendo necessário recuperar tudo o que ainda seja possível salvar e colocar ao serviço do público.

Manifestando-se impressionado com a recuperação feita na necrópole chamada n.º 7, formada por placas de xisto a que se acede por um corredor, José Sasportes afirmou que «é muito comovente recuar cinco mil anos para trás e sentir-se nitidamente essa atmosfera junto ao monumento megalítico de Alcalar».

Para o secretário de Estado do Turismo, que acompanhou o ministro da Cultura na inauguração da necrópole neolítica datada

do terceiro milénio antes de Cristo, trata-se de «um casamento muito feliz entre cultura e o turismo».

**ECONOMIA**

O futuro das pequenas e médias empresas (PME) portuguesas está, definitivamente, na economia digital, defende Mário Cristina de Sousa, ministro da Economia, em entrevista publicada no dia 23 no jornal «Público».

Mário Cristina de Sousa revela que vai mexer no Programa Operacional da Economia (POE) para o orientar para a «nova economia», considerando que o futuro das PME portuguesas passa pela sua presença nos *marketplaces* (mercados digitais entre empresas).

Ao fazer uma avaliação sobre o modelo de desenvolvimento económico a adoptar, o ministro da Economia refere ao jornal diário que a «economia não pode crescer mais de forma extensiva. Tem de crescer qualitativamente».

«O que está em causa, é óbvio, é um problema de produtividade. Se queremos crescer acima de 3 por cento ao ano, se temos restrições de mão-de-obra, não há outra solução que não seja – fora o recurso de mão-de-obra imigrante – um aumento da produtividade. O que não é óbvio é como se faz», diz.

No entanto, o ministro considera que «o Governo português pode ajudar, quer mostrando o caminho aos empresários, quer apoiando financeiramente. E há um instrumento para isso, que é o POE, o qual estará muito centrado na produtividade». A entrada das empresas portuguesas nos mercados digitais é entendida como fundamental.

«Para muitas delas isto significa custos e *know-how* e, aqui, penso que é uma zona onde podemos aplicar utilmente os fundos do POE: fazê-las entrar definitivamente na economia digital. Isto será o futuro», refere. O ministro defende, ainda, a necessidade de as PME portuguesas, que são muito pequenas e necessitam de ganhar dimensão europeia, se associarem.

Mário Cristina de Sousa afirma, também, que o POE não está atrasado e que deverá ficar completamente operacional a partir de 1 de Janeiro de 2001.

**EQUIPAMENTO SOCIAL**

O ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, afirmou, no dia 19, em Viseu, que a recuperação do património habitacional – actualmente incentivado com nova legislação – pode surgir como um novo sector empresarial.

Sendo importante para as empresas, tal sector «sê-lo-á ainda mais para as pessoas que habitam nesses imóveis», frisou.

O ministro salientou as medidas aprovadas em Conselho de Ministros, que vão permitir mais apoio financeiro para obras de recuperação em habitações privadas e, ao mesmo tempo, subsidiar os inquilinos que não possam pagar os aumentos das rendas em consequência das obras realizadas.

Jorge Coelho defendeu que se Portugal «quer ter futuro» deve encontrar

mecanismos para «preservar a sua história e o seu património cultural».

O ministro admitiu que ainda são escassos os meios técnicos e financeiros ao dispor da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), logo após o director deste serviço, Vasco Costa, ter aproveitado a presença do governante para pedir mais meios.



A edição da revista «Monumentos» lançada na passada quinta-feira é dedicada à Sé de Viseu e ao conjunto arquitectónico que envolve aquele que é um dos mais importantes monumentos nacionais.

Sobre a Sé de Viseu, Jorge Coelho congratulou-se com as obras de recuperação iniciadas em 1997 e onde foram investidos cerca de 110 mil contos.

**FINANÇAS**

O ministro das Finanças disse, no dia 21, em Boticas, Vila Real, que a Administração Fiscal está preparada para realizar a reforma fiscal, cujo primeiro passo está a ser dado através da modernização da estrutura dos impostos e dos seus trabalhadores.



Para Pina Moura, são «falsos cosmopolitas e elitistas aqueles que estão contra a reforma fiscal, ainda que disfarçam essa posição dizendo que não há Administração Fiscal para concretizar a reforma fiscal».

O ministro considera que as jornadas de modernização da Direcção-Geral de Impostos, que decorreram em Boticas demonstram que «não só temos Administração Fiscal para fazer a reforma

PELO PAÍS

Governança Aberta

fiscal, como a própria estrutura dos impostos e dos trabalhadores dos impostos se está a modernizar a um ritmo que em certo sentido antecipa já alguns dos objectivos da reforma fiscal». «Nomeadamente a simplicidade no tratamento com os contribuintes, uma maior comodidade e uma relação mais próxima com os contribuintes», explicou Pina Moura.

JUSTIÇA

«A imunidade dos deputados é uma questão que só a Assembleia da República pode tratar», afirmou, no dia 21, o ministro da Justiça, António Costa, respondendo às críticas do bastonário da Ordem dos Advogados.



Para o bastonário, António Pires de Lima, «não há nada que justifique um tratamento diferenciado desta classe face aos cidadãos», tanto mais que esta situação «contribui para a degradação da Justiça, como aconteceu no processo das viagens-fantasma», exemplificou.

António Costa e Pires de Lima falavam durante a sessão de encerramento do I Congresso Nacional dos Solicitadores, realizado sexta-feira e sábado, em Lisboa, e em que foram debatidos o futuro da classe, o acesso e valorização profissional e a deontologia e garantias para o cidadão. «A imunidade dos deputados é um debate que me é estranho», afirmou António Costa, acrescentando que apenas cabe ao ministério que tutela «contribuir para que a Justiça funcione melhor, pois é isso que querem os cidadãos». Segundo António Costa, os cidadãos querem uma Justiça com qualidade, eficiente e administrada num prazo razoável, uma garantia fundamental e consagrada no Tribunal dos Direitos do Homem e que «em Portugal é constantemente violada». Fazendo o balanço de quase um ano da sua acção governativa, António Costa afirmou que «há um clima diferente na Justiça em Portugal».

PLANEAMENTO

A ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, presidiu, no dia 19, à inauguração do mercado coberto de Veiros, no concelho de Estremoz, destinado a proporcionar uma melhoria das condições de vida na

freguesia local. O mercado, integrado no projecto do Centro Rural de Veiros, envolveu um investimento de 48 mil contos, financiado em 75 por cento pelos fundos da União Europeia e o restante pela Câmara Municipal de Estremoz. Os «centro rurais», nos quais está inserido o de Veiros, enquadravam-se no Sub-Programa I – «Iniciativas de Desenvolvimento Local» do Programa Operacional «Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional» inserido no II Quadro Comunitário de Apoio (1994-1999), sob tutela de secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, e com as colaborações regionais da Comissão de Coordenação Regional do Alentejo e da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo.



Na visita que efectua ao Alentejo, a ministra do Planeamento visitou, nomeadamente, a Coudelaria Nacional, em Alter do Chão e a zona industrial de Ponte de Sôr.

PRESIDÊNCIA

O ministro da Presidência, Guilherme d'Oliveira Martins, reafirmou, no dia 20, a importância que o Governo atribui à holding Portugal Global, não só para as empresas que integra (Lusa, RTP e RDP), mas tendo em conta «a evolução da sociedade de informação».



Oliveira Martins falava na Assembleia da República, no âmbito do pedido de apreciação parlamentar apresentado pelo CDS-PP em relação ao decreto-lei que

criou a Portugal Global. A criação da holding foi uma iniciativa do anterior ministro responsável pela pasta da Comunicação Social, Armando Vara, e agora Oliveira Martins secundou-o, classificando-a de «instrumento importante». Não só porque permite «a integração sob forma empresarial da gestão das participações detidas pelo Estado nas empresas de comunicação social», mas também porque é necessário «adequar o serviço público, designadamente de televisão, aos desafios e exigências da modernização científica e tecnológica», explicou.

TURISMO

A gastronomia nacional, consagrada no passado dia 18 como património cultural, é «um verdadeiro artesanato» que importa preservar e valorizar, defendeu o ministro da Cultura, José Sasportes.

O ministro da Cultura presidiu à sessão de apresentação pública do projecto «Gastronomia portuguesa: Património Cultural», na abertura do 20º Festival Nacional de Gastronomia, que decorre até 5 de Novembro na Casa do Campino, em Santarém. O diaporama exibido no final da sessão procurou mostrar isso mesmo, passando pelos olhos da numerosa assistência um sem número de pratos confeccionados em todo o País, da feijoada transmontana, ao ensopado de enguias, à sardinha assada, fadaça na telha, lebre com feijão, sopa de cação, siricaia, ameijoas na cataplana e bolo de mel da Madeira. Antes, José Sasportes havia falado da comida que demora tempo a deglutir – em contraponto com a comida plastificada, rápida –, «porque demorou séculos a fazer», resultando de experiências acumuladas ao longo de gerações. «Um verdadeiro artesanato», disse.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 19 de Outubro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que altera o regime de renda condicionada;
- Um decreto-lei que altera o regime do arrendamento urbano;
- Um decreto-lei que altera o regime especial de comparticipação na recuperação de imóveis arrendados (RECRIA);
- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a alterar o decreto-lei que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação;
- Um decreto-lei que extingue as concessões e os direitos de uso privativo de bens dominiais nas zonas de intervenção do Programa Polis e desafecta do domínio público esses mesmos bens;
- Um conjunto de decretos-lei que constituem respectivamente a sociedade de LeiriaPolis, SA, Sociedade de Requalificação Ambiental e Urbana de Leiria, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e a sociedade PolisCastelo Branco, SA, Sociedade de Requalificação Ambiental e Urbana de Castelo Branco, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos;
- Um decreto regulamentar que altera os artigos 24º e 44º do decreto regulamentar n.º 5/98, de 9 de Abril, que regulamenta a disciplina jurídica do ensino de condução;
- Uma resolução que aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de S. Brás de Alportel;
- Uma resolução que aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Loures;
- Uma resolução que altera o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/99, de 4 de Novembro (sujeita a medidas a área a abranger pelo Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode);
- Uma resolução que exonera, a seu pedido, José Alexandre Theotónio, do cargo de vogal do Conselho de Administração do Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 20 de Outubro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que aprova a quarta fase do processo de reprivatização do capital social da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, SA;
- Uma resolução que define as condições finais e concretas das operações necessárias à execução da quinta fase do processo de reprivatização da Portugal Telecom, SA;
- Uma resolução que define as condições finais e concretas das operações necessárias à execução da quarta fase do processo de reprivatização da EDP – Electricidade de Portugal, SA.

## RESTABELECER O EQUILÍBRIO

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 19, um decreto-lei que altera o regime de renda condicionada.

O Regime do Arrendamento Urbano (RAU) aprovado pelo decreto-lei n.º 321-B/90, de 15 de Outubro, instituiu no seu artigo 77º, no âmbito do arrendamento para habitação os regimes de renda livre, renda condicionada e renda apoiada.

O regime de renda condicionada pode resultar da livre negociação das partes, presunção legal ou por imposição de lei.

No âmbito deste último regime e na prática, a imposição por lei traduz a situação mais expressiva, assumindo especial relevância nos casos de transmissão dos arrendamentos mais antigos, relativamente aos quais, como é sabido, o congelamento das rendas durante décadas veio a provocar a respectiva desactualização, originando, em consequência, graves distorções no mercado do arrendamento, embora e de alguma forma tenha obviado ao surgimento de graves perturbações ou tensões sociais. A renda condicionada tem, assim, na sua génese, como objectivo fulcral restabelecer uma relação de equilíbrio entre o valor actualizado do fogo e a necessidade de proporcionar ao proprietário um rendimento não especulativo do capital investido, sem deixar de se atender aos encargos inerentes à propriedade, aspectos que são complementados pela previsão de benefícios fiscais e de subsídio de renda a conceder aos arrendatários que dele careçam.

Neste sentido, a determinação da renda condicionada terá necessariamente de resultar ou ter, como limite, o valor actualizado do fogo multiplicado por uma justa taxa de rendimento, como está estabelecido no artigo 79º do RAU.

No apuramento deste valor assumem especial relevância os factores do estado de conservação do fogo e o coeficiente de vetustez.

Os estudos que recentemente têm vindo a ser efectuados sobre a matéria revelam que a valoração dos factores do estado de conservação do fogo e o coeficiente de vetustez dos fogos e a respectiva fórmula de cálculo podem ser aperfeiçoadas, essencialmente aquando da realização de obras de recuperação dos imóveis degradados e de melhoria das condições de habitabilidade, reflectindo-se de forma mais evidente a diferença entre o valor da renda condicionada nos casos em que não tenha havido realização de obras e naqueles em que as mesmas se tenham concretizado.

Assim, com este diploma e nestes pressupostos, actua-se no sentido de incentivar a realização de obras de reabilitação dos prédios urbanos habitacionais arrendados, relevando-se também a necessidade de uma melhor ponderação, na fórmula de cálculo, das áreas de fogos muito pequenas ou muito grandes que têm vindo a provocar distorções no apuramento do valor dos mesmos fogos.

### Moralizar mercado de arrendamento

Na mesma reunião, o Executivo socialista deu luz verde a um decreto-lei que altera o regime do arrendamento urbano aprovado pelo decreto-lei n.º 321-B/90, de 15 de Outubro.

Para atingir estes objectivos o Governo considerou imperativo alargar o âmbito de aplicação do programa RECRIA, por forma a abranger um maior número de fogos e aumentar o valor global da comparticipação a fundo perdido, conjugando-se esse aumento com a instituição de um sistema de garantia de empréstimo aos proprietários para financiar a quota-parte de obras não comparticipadas.

Nesta perspectiva, importa também garantir aos proprietários o retorno do seu investimento em tempo útil, restabelecendo-se o equilíbrio contratual na relação arrendatícia, o que se conseguirá repondo as condições de habitabilidade ou

até melhorando-as para o arrendatário e assegurando-se um justo rendimento para os senhorios através das rendas obtidas, o que irá permitir ainda criar condições de incentivo ao investimento no mercado do arrendamento e a reintrodução dos fogos devolutos nesse mercado.

A constatação de que existe um elevado número de prédios urbanos habitacionais que são recuperáveis mas que correm o risco de deixarem de o ser, se não houver uma rápida intervenção ao nível das respectivas coberturas, justifica também que se preveja uma nova solução.

Assim, passa a estabelecer-se no presente diploma que, durante o período de três anos a contar da data da sua entrada em vigor, seja possível a realização de obras de recuperação parcial dos prédios, autónoma e especificamente, em telhados ou terraços de cobertura, casos em que a

perdido aos senhorios e proprietários para custear parte das obras a realizar, tem-se consciência que haverá mesmo assim famílias que carecem de ser apoiadas, pelo que se justifica a extensão da aplicação do subsídio de renda aos referidos casos de actualizações de rendas por obras.

Noutra vertente, necessidades de moralização do funcionamento do mercado do arrendamento tornam conveniente prever soluções que permitam prevenir a verificação de situações de arrendatários que, embora não habitem no local arrendado o mantêm na sua posse em virtude do valor reduzido da respectiva renda, sendo ao mesmo tempo proprietários de outros fogos ou residentes em outros locais.

Assim, os arrendatários ao não permitirem que o fogo arrendado, mas não efectivamente habitado, seja colocado no mercado de arrendamento, originando uma distorção das regras do mercado, devem ser penalizados através do pagamento de renda condicionada enquanto durar a competente acção de despejo.

Importa ainda assegurar às câmaras municipais uma forma eficaz de recuperação das despesas efectuadas com a execução administrativa de obras nos edifícios, quando os proprietários e senhorios as não realizem voluntariamente, nomeadamente através da cobrança de rendas.

Em face da conjuntura de estabilidade e consolidação económico-financeira verificada desde há anos mais recentes, e por razões de simplificação e de maior eficácia, revela-se agora, também oportuno, permitir a criação de um mecanismo de actualização anual automática das rendas através da sua indexação ao índice de preços ao consumidor (IPC), sem habitação.

## GARANTIDO EMPRÉSTIMO A RECUPERAÇÃO NÃO SUBSIDIADA

O Executivo socialista alterou o regime especial de comparticipação na recuperação de imóveis arrendados (RECRIA).

A decisão foi tomada, no passado dia 19, durante a reunião semanal do Conselho de Ministros, que decorreu em Lisboa.

A aplicação do programa RECRIA, que, essencialmente, prevê um regime de apoio financeiro para custear parte das obras de conservação e beneficiação a realizar nos imóveis arrendados e se traduz na concessão de uma comparticipação a fundo perdido pelo Estado a proprietários ou a arrendatários e municípios – estes últimos quando se substituírem àqueles na realização das obras – já permitiu a recuperação de mais de uma dezena de milhar de fogos, sendo a comparticipação média concedida de cerca 41 por cento do valor das obras.

Porém, o elevado número de prédios

ainda degradados impõe um maior empenhamento de todos os interessados, nomeadamente, dos senhorios, e a mobilização institucional da Administração Central e dos municípios.

Para atingir estes objectivos o Governo considerou imperativo alargar o âmbito de aplicação do programa RECRIA, por forma a abranger um maior número de fogos e aumentar o valor global da comparticipação a fundo perdido, conjugando-se esse aumento com a instituição de um sistema de garantia de empréstimo aos proprietários para financiar a quota-parte de obras não comparticipadas.

Nesta perspectiva, importa também garantir aos proprietários o retorno do seu investimento em tempo útil, restabelecendo-se o equilíbrio contratual na relação arrendatícia, o que se conseguirá repondo as condições de habitabilidade ou

até melhorando-as para o arrendatário e assegurando-se um justo rendimento para os senhorios através das rendas obtidas, o que irá permitir ainda criar condições de incentivo ao investimento no mercado do arrendamento e a reintrodução dos fogos devolutos nesse mercado.

A constatação de que existe um elevado número de prédios urbanos habitacionais que são recuperáveis mas que correm o risco de deixarem de o ser, se não houver uma rápida intervenção ao nível das respectivas coberturas, justifica também que se preveja uma nova solução.

Assim, passa a estabelecer-se no presente diploma que, durante o período de três anos a contar da data da sua entrada em vigor, seja possível a realização de obras de recuperação parcial dos prédios, autónoma e especificamente, em telhados ou terraços de cobertura, casos em que a

percentagem de comparticipação a fundo perdido a suportar pelo Instituto de Gestão e Alienação do Património do Estado (IGAPHE) será aumentada para 80 por cento, diminuindo-se, em contrapartida para 20 por cento o esforço financeiro a suportar pelos municípios.

O Executivo socialista considerou igualmente conveniente uma definição clara do valor da correcção das rendas em função das obras realizadas, que será fixado logo à partida no momento da aprovação da comparticipação a fundo perdido a conceder, evitando-se, assim, interpretações diversas a posteriori de que têm resultado iniquidades quer para os arrendatários quer para os senhorios. Para uma maior justiça na atribuição da comparticipação passou-se a distinguir cada fogo em função do seu uso e respectiva situação contratual e valores de renda antes e após a realização das obras.



DEPUTADO MEDEIROS FERREIRA

Eleições regionais

## VITÓRIA RETUMBANTE DO PS NOS AÇORES



O camarada Medeiros Ferreira sublinhou no dia 18, no Parlamento, que «o PS acaba de alcançar uma vitória retumbante nas eleições regionais dos Açores».

Numa intervenção centrada na análise da maioria absoluta obtida pelo PS nos Açores, o deputado do GP/PS referiu que esta vitória «parece uma história fácil mas não é», salientando que «durante 20 anos o PS foi oposição castigada no arquipélago e muitos duvidaram da sua capacidade de alternância ou até da oportunidade desta». «Foi Carlos César quem, a partir de 1993, definiu uma estratégia para a Nova Autonomia que lhe permitiu ganhar as eleições regionais de 1996 mas sem maioria absoluta de deputados, devido às particularidades da lei eleitoral», afirmou, lembrando que «durante quatro anos as oposições tudo fizeram para travar a legítima vontade do PS em governar segundo o seu programa».

### Equilíbrio orçamental

Segundo Medeiros Ferreira, «quatro anos passados a governar cercado pelas oposições não impediram a tomada de medidas deveras positivas para as populações como a baixa das tarifas de energia eléctrica, a baixa das tarifas dos



transportes aéreos, a aplicação do Rendimento Mínimo Garantido, o aumento do parque escolar e dos investimentos no equipamento social. Tudo no respeito pelo equilíbrio orçamental».

Entre as ilações que estas eleições encerram, o deputado do PS destacou em primeiro lugar «a tendência ascendente do PS sempre que há eleições e não apenas sondagens ou palpites de opinião».

O parlamentar do GP/PS salientou ainda que «o PS saberá governar em partilha, em liberdade, respeitando as oposições e promovendo a autonomia dos cidadãos e da sociedade civil». **J. C. CASTELO BRANCO**

DEPUTADA NATALINA MOURA

Resíduos industriais perigosos

## PROCURAR ALTERNATIVAS COERENTES



A deputada socialista Natalina Moura considerou errada e irresponsável a pretensão do PSD de eliminar a valorização energética através de uma proibição legal.

«Não estando em causa a prevenção, a regeneração e a reciclagem, seria cometer um erro grosseiro e uma enorme irresponsabilidade eliminar a valorização energética por via proibicionista», disse a parlamentar do PS, no dia 19, na Assembleia da República.

Para Natalina Moura, a estratégia de política ambiental tem de ser «coerente», procurando «o destino final de todos os resíduos produzidos, designadamente os resíduos industriais (tóxicos)».

Todavia, a especificidade de alguns destes resíduos industriais gerou, segundo a deputada do GP/PS, a necessidade de flexibilidade nas opções e de consideração de «todas as sensibilidades e opiniões em presença». Por outro lado, Natalina Moura apelou à calma, referindo-se ao inventário que a Comissão Científica Independente deverá apresentar, no próximo dia 31 de Dezembro, sobre os melhores tipos de tratamento para cada tipo de resíduo

industrial.

«Parecer-nos-ia razoável aguardar a publicação deste relatório que tão disputado foi», disse.

Reconhecendo o carácter imperativo de algumas alterações estruturais, que nos sectores de recolha quer na valorização dos óleos e solventes usados, a parlamentar recordou que os socialistas tiveram a humildade de reconhecer que há muito por fazer neste domínio, «passando, necessariamente, pela instalação de novas unidades» e pela «apertada vigilância sobre os operadores».

Eliminar a valorização energética mediante uma proibição «não foi certamente a via pela qual outros países desenvolveram técnicas alternativas», afirmou a deputada, recordando que no primeiro mundo a «valorização passa pelo processo de reciclagem, provocando uma entrada num novo produto».

Na opinião de Natalina Moura, a valorização pode passar ainda pela exportação dos resíduos industriais perigosos, obedecendo ao princípio da excepionalidade e pontualidade e tendo em conta os princípios da proximidade e da auto-suficiência nacional e comunitária. **MARY RODRIGUES**

GP/PS

Protesto

## DEPUTADOS SOCIALISTAS REPUDIAM CALÚNIAS

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) apresentou, no passado dia 18, na Assembleia da República, um protesto contra o que ficou classificado como «declarações caluniosas do senhor António Ferreira Nunes», presidente da ANECRA.

No documento, subscrito por Francisco Assis, António Reis, Manuel dos Santos, José Barros Moura, entre outros, o GP/PS refere o fim de um privilégio «absolutamente inaceitável» para os veículos todo-o-terreno.

«A direcção do Grupo Parlamentar do PS está em total sintonia com o Governo quanto à necessidade de acabar com tão absurdo privilégio, reiteram os camaradas deputados, invocando a equidade fiscal e razões que se prendem com o tipo de sociedade equilibrada que se defende para Portugal.

«O senhor António Ferreira Nunes, presidente da ANECRA, está no seu direito

de defender os seus interesses e os interesses da sua associação, mas não pode, de modo algum, insultar nenhum deputado, em desespero de causa, nem muito menos lançar a calúnia – passível aliás de procedimento criminal», advertem os parlamentares do PS, fazendo alusão às acusações de Ferreira Nunes sobre uma alegada defesa de interesses pessoais por parte de Francisco Torres e outros membros da bancada socialista, no que a este assunto diz respeito.

«Vários deputados, incluindo muitos membros da direcção deste Grupo Parlamentar, defenderam no passado (...) e continuarão a defender no futuro, o fim de tão gigante distorção e injustiça fiscal. Fazem-no com o único intuito de defender os contribuintes e cidadãos portugueses», esclarece o protesto socialista reiterando o facto de que «os deputados em causa não têm quaisquer interesses no sector automóvel». **M.R.**

GP/PS

Requerimento

## DEPUTADOS DO PS EXIGEM EXPLICAÇÕES AO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA

O PS requereu no dia 13 ao Governo Regional da Madeira esclarecimentos sobre a forma como foi aberta à iniciativa privada a participação no capital social do consórcio que irá construir a via rodoviária entre a Ribeira Brava e o Machico.

Em requerimento assinado pelos deputados Joel Hasse Ferreira e Isabel Sena Lino, os socialistas questionam também o Governo liderado por Alberto João Jardim – principal responsável pelo défice democrático na Madeira – sobre a operação financeira que está subjacente ao início da concessão ao consórcio «Vialitoral, Concessões Rodoviárias da Madeira».

Isabel Sena Lino e Hasse Ferreira questionam ainda se o total de compensações previsto está estimado em 50 milhões de contos – os quais, no entanto, só serão integralmente pagos no final de 2001 – e se o Governo Regional da Madeira confirma que, até ao final do

contrato de concessão, se prevê a atribuição de 125 milhões de contos ao consórcio «Via Litoral».

### Jardim nunca esclarece

No mesmo requerimento, os dois deputados do PS querem igualmente esclarecimentos sobre os valores máximo e mínimo que serão atribuídos a título de portagem virtual a cada via, qual o modelo adoptado contratualmente para a revisão de preços e que entidade está encarregue da tarefa de verificação de fluxo de tráfego entre a Ribeira Brava e o Machico.

Justificando o recurso ao Parlamento para o apuramento desta questão, os deputados socialistas alegam que estas e outras perguntas foram antes formuladas na Assembleia Legislativa Regional da Madeira, mas acabaram por não merecer os devidos esclarecimentos.

TIMOR-LESTE

Xanana Gusmão afirma

## DELINEAR CALENDÁRIO DA TRANSIÇÃO É PRIORIDADE

**D**elinear o calendário da transição e avaliar o progresso já conseguido em todos os sectores do território são as prioridades de Xanana Gusmão enquanto presidente eleito do Conselho Nacional de Timor-Leste (CN-TL).

Numa entrevista depois da sua eleição para o cargo da estrutura que funciona como o parlamento de transição, o dirigente timorense adiantou que, além de aplicar as políticas nacionais traçadas no congresso do CNRT, o novo órgão vai definir o calendário até à independência.

«Não estou no CN para ser presidente. Estou para continuar o trabalho e para marcar passos concretos», garantiu.

«O CN vai bater-se. Vai funcionar mesmo para dirigir o processo, com o executivo a assumir um segundo plano. O resultado do congresso do CNRT são os mandamentos para o CN», sustentou.

Delineando a estratégia de trabalho a curto prazo, Xanana Gusmão entende que, apesar de se continuar a apontar o final do próximo ano como a data da independência, é «vital começar já a fazer um plano de contagem decrescente».

«Fala-se no final do próximo ano. Mas quando? Em que mês? Como? Temos que saber isto. O objectivo central de tudo é tentar delinear esse calendário, conseguindo um envolvimento faseado



dos timorenses e desenvolvendo a capacidade de terem uma palavra nas decisões», justificou. Depois das primeiras sessões, que servirão para avaliação do orçamento, Xanana Gusmão quer que o CN «avale o progresso conseguido em todos os programas de desenvolvimento do território»,

conseguindo assim perceber o calendário proposto.

«Vamos chamar todos os departamentos e ministérios e perguntar como é que estamos. Queremos saber como está o processo», referiu.

Depois de ouvir os nove ministros – cinco timorenses e quatro internacionais – será a vez de o administrador transitório, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, visitar o CN, quer para explicar a actual situação quer para ouvir «recomendações» do «parlamento».

«Vamos recomendar ao Sérgio as políticas que consideramos melhor e mais necessárias para apoiar este processo de transição», precisou Xanana.

Além de trazer a experiência de ter participado no anterior órgão legislativo, o Conselho Consultivo Nacional, Xanana Gusmão explicou que a sua presença no CN-TL pretende também «defender as políticas nacionais» adoptadas pelo CNRT. «Vai-se tentar conseguir uma visão do processo em si, fazendo passar a mensagem de que este é um processo de transição e garantir a aplicação dos interesses nacionais acima dos sectoriais», explicou.

Trata-se não só de uma tentativa de medir o pulso ao desenvolvimento já conseguido, como de limar arestas nesse mesmo processo, em especial numa altura em que

se continuam a sentir problemas, por exemplo, ao nível do relacionamento entre timorenses e estrangeiros.

Preocupante para Xanana Gusmão é garantir que, por um lado, o sistema que está a ser desenvolvido pelas instituições internacionais não é excessivamente pesado ou demasiado complexo, e que, por outro lado, os timorenses se tornam o mais familiarizados possíveis com ele.

Este aspecto afigura-se de crucial importância numa altura em que continua a haver problemas de relacionamento entre as grandes estruturas no terreno, por exemplo, Banco Mundial e ONU.

Escusando-se a confirmar ou desmentir a existência desses problemas, Xanana Gusmão quer que os timorenses «não herdem sistemas complexos em que ninguém sabe quem é que toma as decisões».

«Já notámos que há os projectos bilaterais, o Banco Mundial e a UNTAET e nós queremos saber as consequências disso depois da independência. Queremos perceber quem manda a onde e quem faz a coordenação entre os doadores», referiu. O CN servirá de alguma maneira para consolidar também o papel do CNRT que, através do «parlamento», verá os seus objectivos aplicados na prática, o que se afigura politicamente importante tendo em conta a actual situação interna.

BRUXELAS

Agricultura

## PORTUGAL VAI RECEBER 394 MILHÕES NO ÂMBITO DO RURIS

Portugal vai receber mais de 393,8 milhões de contos até 2006, no âmbito das verbas previstas no Programa de Desenvolvimento Rural que a União Europeia aprovou numa reunião em Bruxelas.

Trata-se da formalização da luz verde de Bruxelas às verbas do programa Ruris, que serão aplicadas em áreas como as indemnizações compensatórias aos agricultores, a execução de medidas agro-ambientais, a reforestação de terras agrícolas e a cessação da actividade (reformas).

De acordo com o Governo português, será dada primazia aos apoios aos pequenos agricultores e produtores, estando ao mesmo tempo prevista a aplicação dos fundos em 24 medidas concretas de protecção integrada (agro-ambiental). A verba prevista para o período 2000/2006

no âmbito do Ruris representa um aumento considerável em relação ao dinheiro recebido entre 1994/1999, que ascendeu aos 157,7 milhões de contos.

A aprovação formal do programa foi feita numa reunião do Comité de Gestão Agrícola, recebendo posteriormente a luz verde da Comissão Europeia.

### Governos de Cavaco ocultaram doença das «vacas loucas»

Entretanto, na passada segunda-feira, Capoulas Santos, lembrou aos mais distraídos que o ex-ministro da Agricultura dos governos de Cavaco Silva, Arlindo Cunha, ocultou «deliberadamente» a doença das «vacas loucas» em Portugal e não tomou «nenhuma medida» para a combater.

PE

Quotas leiteiras

## PAULO CASACA DIRIGE CARTA ABERTA À CAP

O eurodeputado socialista Paulo Casaca endereçou no dia 17 uma carta aberta à direcção da CAP, respondendo assim ao apelo desta associação de agricultores para que os parlamentares europeus portugueses interpelassem a Comissão Europeia sobre os critérios para a aplicação das quotas leiteiras a Portugal.

Na missiva, o eurodeputado socialista exprimiu a sua satisfação pelo empenho e interesse manifestado pela CAP na resolução da questão das quotas leiteiras nos Açores, que reputou como sendo de especial importância para o arquipélago.

Nesse sentido, Paulo Casaca considerou que, a confirmar-se a acusação da CAP de que elevados quantitativos de leite espanhol estão a entrar ilegalmente em Portugal, contribuindo para a ultrapassagem da quota nacional, esta situação traduzir-se-á numa

penalização inadmissível para os produtores açorianos, motivando, desde logo, uma análise da mesma a nível europeu, junto das instituições competentes.

### Afirmações inexactas da CAP

Paulo Casaca sublinhou ainda serem de lamentar as afirmações inexactas e considerações desajustadas feitas pela CAP e, em especial, a sua utilização demagógica e de tentativa de golpe eleitoralista de última hora.

Na carta, o eurodeputado socialista reiterou finalmente o convite que há mais de 10 meses dirigiu àquela associação para a efectivação de uma estreita colaboração na defesa dos interesses nacionais, e na coordenação de posições perante as instituições comunitárias.

## FERRO RODRIGUES QUER SALDO POSITIVO DE 66 MILHÕES EM 2001

O ministro do Trabalho e da Solidariedade anunciou como objectivo financeiro para a Segurança Social no próximo ano um saldo positivo de 66 milhões de contos, aumentando para 750 milhões de contos o fundo de estabilização.

Para Eduardo Ferro Rodrigues, este é um orçamento exigente e ambicioso, que obedece à regra de garantir a sustentabilidade do sistema.

Além disso, «2001 será um ano de profunda reforma orgânica da Segurança Social».

O ministro explicou, em conferência de Imprensa, que os grandes objectivos do sector para 2001 prendem-se com a consolidação da política nacional das pensões mínimas, que incluem o complemento extraordinário, já anunciado, de 2500 escudos e 5000 escudos para os pensionistas com menos de 70 anos e com 70 anos ou mais, respectivamente.

«As prestações com os idosos assumem um crescimento real significativo e reforçam o seu peso como principal despesa da Segurança Social», disse.

O volume global de pensões vai subir 11,7 por cento para 1.555,6 milhões de contos. Segundo o ministério, este valor representa um aumento do peso deste segmento de 73,8 para 74,8 por cento no total das prestações sociais.

O ministro referiu, ainda, as alterações no regime contributivo dos agricultores independentes, anteriormente anunciadas, e que reduzirão em cerca de 11 contos o



esforço mensal de contribuição dos agricultores que possuam rendimentos inferiores a 960 contos.

A Acção Social regista, por seu turno, um aumento de 15,7 por cento, face ao executado em 2000, para 205,8 milhões de contos.

Este dinheiro será aplicado, nomeadamente, no apoio às Instituições

de Solidariedade Social.

O dinheiro disponível para o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), a mais mediática bandeira socialista para a área da solidariedade, vai aumentar 4,3 por cento, face ao executado, para 60 milhões de contos.

Na prática, haverá um aumento absoluto de 2,5 milhões de contos.

Eduardo Ferro Rodrigues refere que esta situação é um espelho da «intensificação da política de rigor prosseguida» que, no caso do RMG, se traduz pelo «combate às irregularidades nas prestações sociais». A par da «estabilidade» da medida, Ferro Rodrigues prevê que haja «uma ligeira redução» do número de beneficiários deste programa, podendo-se concluir, então, que o acréscimo de verba verificado se destina, basicamente, à actualização dos valores das pensões.

Os montantes destinados ao pagamento de subsídios de desemprego vão subir 6,7 por cento, face ao executado em 2000, para 174 milhões de contos.

### Actualização e melhoria das prestações

Este valor traduz uma manutenção do número de desempregados, a par da actualização e melhoria das prestações. Segundo o ministério, trata-se de «valores correspondentes à continuação da redução do montante de beneficiários».

O subsídio de doença deverá ser responsável, no próximo ano, por uma despesa de 100 milhões de contos, o que representa um acréscimo de 5,5 por cento face ao executado.

As prestações dos subsídios familiares a crianças e jovens deverão ascender a 99,3 milhões de contos, crescendo 6,6 por cento face aos 93,2 milhões de contos de despesa estimada para este ano.

## GUTERRES DENUNCIA IRRESPONSABILIDADE

O primeiro-ministro, António Guterres, acusou, no dia 21, em Seul, a oposição de irresponsabilidade por pretender inviabilizar o Orçamento de Estado sem apresentar uma alternativa ao Governo.

Guterres, que se encontra na capital coreana a participar na Cimeira Ásia/Europa, sublinhou, no entanto, estar disponível para «discutir com toda a gente» e «encontrar compromissos aceitáveis».

Referindo-se directamente ao PSD e PP, Guterres afirmou: «Não se sabe se casam ou descasam. A única coisa que querem é deitar abaixo o orçamento».

«Isto é um romance que todos os dias vai tendo novos episódios, alguns dos quais bastante caricatos», disse também o primeiro-ministro acerca das relações entre «laranjas» e «populares».

Em declarações aos jornalistas em Seul, António Guterres mostrou-se surpreendido



pela decisão do PP de votar contra a proposta de orçamento, anunciada recentemente por Paulo Portas.

«Sinceramente, não estava à espera. Pensei que já havia um pouco mais de bom senso e de maturidade na vida política portuguesa», disse António Guterres, acrescentando que «há coisas que às vezes parecem uma garotada».

O chefe do Executivo defendeu a proposta de orçamento para 2001, afirmando que ele permitirá «aumentar as pensões sociais mais baixas» e «uma redução geral dos impostos», nomeadamente o IRS.

O governante considerou «legítimo» a oposição votar contra uma proposta de orçamento do Governo, mas disse que na situação actual, «não é politicamente aceitável».

A oposição «tem a obrigação de oferecer um caminho, uma alternativa e uma solução», reiterou António Guterres.

TRANSPORTES

Jorge Coelho anuncia

## MAIS DE 4000 MILHÕES PARA INFRA-ESTRUTURAS NOS PRÓXIMOS SEIS ANOS

O ministro de Estado e do Equipamento Social, Jorge Coelho, anunciou, em Mouriscas, Castelo Branco, que nos próximos seis anos vão ser investidos mais de quatro mil milhões de contos em infra-estruturas de transportes.

Jorge Coelho, que estava acompanhado do ministro do Ambiente, José Sócrates, deslocou-se aos trabalhos em curso na auto-estrada da Beira Interior, que terá uma portagem sem custos para o utilizador (SCUT) no troço Mouriscas/Gardete, no final do IP 6, numa extensão de 30 quilómetros, e com um custo estimado em 30 milhões de contos.

Para que a auto-estrada possa estar concluída dentro do prazo estipulado (Setembro de 2003), os trabalhos estão a decorrer durante a noite, sendo a extensão total desta via até a cidade da Guarda de 170 quilómetros, com um custo total da ordem dos 154 milhões de contos, acrescentou.



**Estradas não colidem com ambiente**

«É uma obra importantíssima no desenvolvimento da região e que há muito tempo é aguardada pelas populações. Contrariamente ao que se diz, não há qualquer retracção no investimento em estradas, uma vez que estas continuam a ser feitas um pouco por todo o País, quer em regime de SCUT quer no âmbito do PIDDAC», frisou o ministro do Ambiente.

«Temos procurado que o traçado das nossas estradas seja o que menos colida com o ambiente, reduzindo ao mínimo os impactes ambientais que porventura existam, e por isso não temos tido grandes conflitos», disse José Sócrates. Acrescentou que «o caso do Túnel da Gardunha, projecto que inicialmente foi chumbado, já foi corrigido» e que «neste momento há condições para iniciar a construção».

FISCALIDADE

imposto automóvel

## FIM À INSUSTENTÁVEL LEVEZA FISCAL DOS JIPES

O Governo vai pôr cobro ao escândalo dos benefícios fiscais dos jipes. É uma medida há muito reclamada no quadro de uma política fiscal que se quer justa e equilibrada.

A eliminação dos benefícios fiscais para os veículos todo-o-terreno é um «passo importante» na reforma do sistema tributário, mas ainda existem «graves distorções» no Imposto Automóvel (IA), admitiu o deputado Francisco Torres.

Segundo o economista, «não havia nenhuma razão para os veículos todo-o-terreno serem beneficiados no imposto automóvel, até porque poluem mais».

O deputado independente pelo Partido Socialista tem-se batido pela eliminação dos benefícios fiscais para este tipo de veículos, tendo mesmo apresentado uma proposta na Assembleia da República, este ano.

Francisco Torres continua, no entanto,

preocupado com as distorções que ainda existem no IA.

**Fraude e fuga fiscais**

«Não faz sentido os automóveis de mercadorias continuarem a pagar um imposto inferior aos restantes veículos. Só incentiva a fraude e a fuga fiscal», afirmou o economista.

Para o deputado, é evidente que uma grande parte dos proprietários de veículos

de mercadorias não os utilizam para exercer uma actividade comercial.

«Os automóveis devem ser taxados pela sua existência e não de acordo com o seu fim. Se o objectivo é incentivar esta ou aquela actividade, o Governo deve subsidiá-la e não usar um imposto indirecto para o fazer», explicou.

«O Governo tem que ter consciência de que não basta aumentar o "policiamento fiscal", é preciso ter atenção aos incentivos económicos», alertou.

# O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

- Nova Rede** - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005
- CGD** - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
- BES** - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278





## Amarante

### Curso de nadador-salvador

A Câmara de Amarante vai proceder, no próximo sábado, dia 28, no salão nobre dos Paços do Concelho, à cerimónia de entrega dos diplomas do curso de nadador-salvador, promovido pela autarquia, em colaboração com o Instituto de Socorros a Náufragos.



Antes da cerimónia, os 21 formandos, que concluíram o curso, vão fazer várias demonstrações de acções de salvamento a náufragos nas piscinas municipais.

## Cascais

### Autarquia vai criar parque urbano no Vale de Caparide

A Câmara de Cascais vai construir um parque urbano em Vale de Caparide, na Freguesia de S. Domingos de Rana, no valor de 800 mil contos.



Segundo o presidente da autarquia, José Luís Judas, o parque urbano vai ficar situado numa zona de terrenos privados, «que tiveram de ser expropriados, para que o projecto possa avançar», frisou.

A Câmara candidatou-se a fundos comunitários que permitam um financiamento parcial da construção do parque, que terá uma área supra-municipal, «uma vez que vai de Manique à Serra da Carregueira, em Sintra», adiantou o autarca. O projecto, da autoria do arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles, prevê a manutenção da produção de vinho em Carcavelos e de um picadeiro em Vale de Caparide.

«Existe no local uma área onde se produz o Vinho de Carcavelos que vamos tentar que os proprietários da quinta mantenham a produção», sustentou.

Está também prevista a criação de novos espaços, com restaurantes e outros estabelecimentos para atrair visitantes durante o dia e noite.

«Desta forma, evitaremos uma eventual insegurança na área, para que as pessoas não sintam receio de se deslocar ao local, por exemplo, para a prática de ginástica ao ar livre», sublinhou o autarca.

Ribeiro Telles disse que o projecto foi já entregue na Câmara de Cascais e que «está agora em apreciação».

Segundo o responsável, está previsto um corredor verde que inclui caminhos lúdicos e de recreio para peões e bicicletas.

Haverá também uma zona de produção hortícola, espaços para a prática de tiro ao alvo, lançamento de pequenos aviões e de papagaios.

«O projecto condiciona e regulariza a linha de água para que esta possa ser utilizada como zona de passeio», adiantou Ribeiro Telles.

O parque urbano, que será contínuo ao longo do Vale de Caparide, «intercala-se naturalmente com as zonas edificadas, num tipo de corredor verde para o século XXI», explicou o responsável pelo projecto.

## Faro

### Requalificação urbana da baixa da cidade

Começaram esta semana as obras de empreitada do novo traçado e arranjo urbanístico da Praça Ferreira de Almeida (Largo da Palmeira) e a requalificação de espaços pedonais na baixa da cidade de Faro.



A intervenção, a cargo da Câmara de Faro, inclui trabalhos de pavimentação, arborização, mobiliário urbano, rede de drenagem de águas pluviais, iluminação pública, e tem um prazo de execução de 90 dias.

Esta obra, que está orçada em cerca de 60 mil contos, insere-se numa intervenção mais vasta que está a possibilitar a requalificação urbana de toda a zona da baixa da capital algarvia.

## Montijo

### Projecto «Planeta Azul» leva crianças à Disney

Com o apoio da Câmara do Montijo, está a ser implementado durante esta semana – de

22 a 26 de Outubro – o projecto «Planeta Azul», no parque de exposições municipal. São exibidas cinco exposições que têm como objectivo consciencializar as crianças para a importância do nosso planeta. São realizadas actividades relacionadas com o ambiente. Este projecto culminará numa exposição na qual os trabalhos serão premiados com uma viagem à Eurodisney em Paris.

## Ovar

### Contratos-programa com associações desportivas

A Câmara Municipal de Ovar, no quadro da sua política de fomento do desporto, aprovou contratos-programa com seis associações desportivas do concelho, que têm por objectivo a cooperação técnica e financeira entre a autarquia e os clubes e incentivo à formação desportiva.

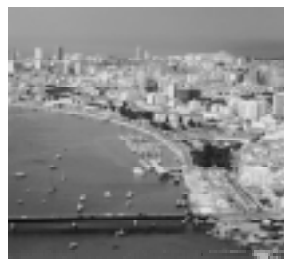


De salientar que o município investe directamente neste apoio aos clubes 41.600 contos.

## Portimão

### Câmara instala contentores de profundidade

A Câmara de Portimão iniciou a colocação de contentores de profundidade em quatro zonas da cidade, prevendo-se que as obras de instalação estejam concluídas até final de Novembro.



Numa primeira fase serão instalados 11 contentores nas zonas da Avenida Infante D. Henrique (três), Largo Alto Xavier (dois), Rua Vicente Vaz das Vacas (quatro) e dois na parte antiga da cidade, junto à Igreja Matriz.

Orçada em cerca de 17 mil contos (85 mil euros), a instalação deste sistema faz parte de uma estratégia alargada no sentido de garantir novos índices limpeza e higiene pública no município.

Para a autarquia, as principais vantagens deste sistema consistem na inexistência de ruídos ou cheiros desagradáveis provocado pelos resíduos orgânicos, boa integração na via pública, facilidade de manutenção e resistência a actos de vandalismo.

Como exemplo, referiu que um contentor de profundidade, enterrado no solo, equivale a sete dos tradicionais, no que concerne à área ocupada na via pública.

A segunda fase do sistema, de acordo com o vereador, irá abranger toda a cidade de Portimão, estando dependente o seu início da conclusão das obras em curso e de um estudo de ordenamento de trânsito.

## Santo Tirso

### Road Show 2000

Numa iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Santo Tirso e do Governo Civil do Porto, realizou-se ontem, dia 25, na Praça 25 de Abril, uma jornada de educação rodoviária, denominada «Road Show 2000 – Ano da Educação Rodoviária», que teve como destinatários os alunos do concelho que frequentam o 1º ciclo do ensino básico.

## Sintra

### Exposintra 2000 traz animação a Mem-Martins

A sétima edição da Exposintra-Feira das Actividades Económicas do concelho de Sintra, uma organização da Câmara de Sintra, está a decorrer desde o dia 25, no Complexo Industrial da Antiga Fábrica da Messa, em Mem-Martins.



Durante o evento, que termina no próximo dia 29, sábado, realizam-se as feiras das juntas de freguesia, de artesanato e gastronomia, das actividades económicas, do livro, o salão automóvel e a mostra de soluções para comércio electrónico, entre outras iniciativas.

A Exposintra conta ainda com a realização de espectáculos de marionetas e de música e com «ateliers» infantis.

### AJUDA

#### Folha informativa

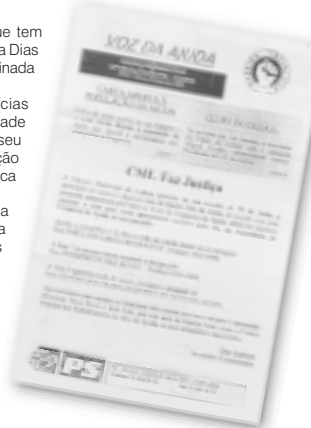
A Secção da Ajuda do PS, estrutura que tem como secretário-coordenador o camarada Dias Baptista, tem uma folha informativa denominada «Voz da Ajuda».

Espaço informativo com diversas notícias sobre as iniciativas da Secção e da actividade autárquica, «Voz da Ajuda» publica no seu número 1 a carta aberta dirigida à população da Ajuda, na qual é abordada a problemática dos transportes na Freguesia.

«O PS defende a intervenção do Estado na economia, como forma de influenciar a gestão macroeconómica, corrigir abusos de poder, incentivar a criatividade, o risco e o esforço, promover consensos, arbitrar conflitos e definir orientações estratégicas», lê-se na declaração de princípios do PS - aprovada no seu VI Congresso Nacional (1986) em que foi eleito secretário-geral o camarada Vítor Constâncio - que é publicada na íntegra nesta edição do boletim informativo da Secção da Ajuda.

Que venham mais números e que esta iniciativa se multiplique por todas as estruturas.

A informação, o debate de ideias, a formação política são cada vez mais necessários no interior do PS.



### ÉVORA

#### Eleitos órgãos federativos

A Comissão Política Distrital (CDP) do PS/Évora decidiu no dia 16, por unanimidade e aclamação, eleger o camarada José Costa, como presidente honorário da Federação de Évora.

Na sua primeira reunião depois do congresso federativo, a CDP num clima de grande coesão e unidade interna, elegeu os diversos órgãos distritais.

Numa análise da situação política nacional, foi referido que o PS deve liderar o movimento de apoio à recandidatura do camarada Jorge Sampaio à Presidência da República, devendo ainda preparar-se para a eventual realização de eleições legislativas antecipadas caso os partidos da oposição insistam na instabilidade e não viabilizem o Orçamento de Estado para 2001.

### LEIRIA

#### PS crítica autarcas do PSD/Óbidos

A Federação distrital de Leiria do PS criticou a atitude dos autarcas do PSD de Óbidos que se demitiram em bloco da Assembleia Municipal.

Em comunicado, o PS admite que o camarada Pereira Júnior, presidente da Câmara do PS, teve «um excesso de linguagem», mas considera a demissão dos autarcas do PSD reveladora de «irresponsabilidade e falta de respeito para com o eleitorado».

Os socialistas acusam o único partido da oposição em Óbidos de tentar servir-se «de um excesso de linguagem que, podendo não ser a mais correcta, foi sem dúvida a reacção do presidente da Câmara à estratégia de provocação que os autarcas do PSD têm vindo a utilizar na Assembleia Municipal de Óbidos».

O PS considera que a posição do PSD constitui «uma tentativa de denegrir o trabalho dos autarcas do PS com o objectivo de conquistar a todo o custo o poder no município de Óbidos».

### PORTO

#### Narciso contra «acções laterais»

O camarada Narciso Miranda rejeitou «acções laterais» para determinar a candidatura do PS à Câmara do Porto, advertindo que serão as «instituições com legitimidade» a tomar a decisão.

«Não tenham ilusões. Não vale a pena andarem com acções laterais em matérias de futuro. São as instituições com legitimidade para isso que tomarão as decisões», afirmou o líder da distrital do PS/Porto.

Narciso Miranda recusou-se a comentar se o seu próprio futuro político passará ou não

pelo Porto, afirmando ser «muito imprevisível nas coisas da vida política».

Questionado sobre as afirmações de Nuno Cardoso, que afirmou querer ter uma palavra a dizer na escolha do futuro candidato do PS à Câmara do Porto, Narciso afirmou que «todos os presidentes de câmara do partido fazem parte, de acordo com os estatutos, das comissões políticas concelhias, os órgãos com competência para tomar as decisões adequadas».

Narciso Miranda foi ainda considerado o vencedor das próximas eleições concelhias do PS/Matosinhos, que ocorrem em 4 de Novembro, por Manuel Seabra, que disputa a liderança daquela estrutura com Henrique Calisto.

«Quero renovada e reiteradamente dizer que, para mim, Narciso Miranda não esteve, não está nem estará em causa» nas eleições concelhias, afirma Seabra em comunicado.

O vice-presidente da Câmara de Matosinhos, que apresenta a sua reeleição à liderança da Concelhia no sábado, elogia ainda o percurso autárquico e político de Narciso Miranda.



### Eleutério Teixeira Herói discreto da luta pela liberdade

Eleutério Teixeira, falecido em Abril de 1999, aos 89 anos, foi um herói discreto da luta pela liberdade e pelo socialismo.

Militante do PS desde Maio de 1974, o camarada Eleutério Teixeira esteve presente em todas as batalhas contra a ditadura salazarista, desde a participação activa na candidatura de Humberto Delgado, até ao assalto ao quartel de Beja, passando pela dinamização da campanha para o regresso do exílio de Mário Soares, tendo ainda sido colaborador da «Seara Nova».

Eleutério Teixeira, uma vida dedicada aos valores da liberdade, igualdade e fraternidade, foi ainda agraciado com a Ordem da Liberdade pelo seu velho companheiro de tantas lutas Mário Soares, quando este foi Presidente da República.

É este militante generoso da liberdade, que sempre recusou os holofotes e as honrarias, que é a personagem central de um livro escrito pelo seu filho e que foi apresentado ao público no passado dia 12, na FNAC/Chiado.

A obra reúne testemunhos de Mário Soares, António Reis, salgado Zenha, Vasco da Gama Fernandes, Vasco Loutenço, Iva Delgado, João Soares e Ramon de la Feria, entre outros.



J. C. C. B.

### Conferência de Imprensa com Bertrand Delanoé

Promovida pelo Departamento Internacional do PS, realizou-se ontem, quarta-feira, na sede nacional do Largo do Rato, uma conferência de Imprensa com Bertrand Delanoé, candidato do Partido Socialista Francês à Câmara Municipal de Paris.

No dia 24, o camarada José Lamego, secretário Internacional do PS, ofereceu um jantar a Bernard Delanoé, onde estiveram presentes os camaradas deputados Carlos Luís e Miguel Coelho.

Durante a sua estada em Lisboa, a convite do PS, Bernard Delanoé teve ainda no dia 25 um encontro com o presidente da Câmara de Lisboa, João Soares, na sequência do périplo que está a realizar por algumas cidades europeias governadas pela esquerda. Bertrand Delanoé nasceu em Tunes, no dia 30 de Março de 1950. Em 1972 aderiu ao PSF. Conselheiro do município de Paris desde 1977, foi eleito deputado pelo 18º Bairro de Paris em 1981. Em 1993 sucede a Georges Sarre como líder do PSF na vereação de Paris. Foi eleito senador por Paris em 1995.

## QUANDO O BOM-SENSE NÃO É EVIDENTE



**C**hegámos a uma prova de fogo para o nosso sistema político. As sondagens de opinião são claras quando exprimem o sentimento generalizado do eleitorado português.

A maioria não deseja eleições antecipadas, quer ver o Orçamento aprovado, advoga o diálogo entre as forças políticas com assento parlamentar e considera que devemos continuar o bom princípio de que os governos devem ser de legislatura. Temos, pois, mais uma vez, que o cidadão comum exprime uma atitude de bom senso, desejando que o Orçamento lhe traga os melhores benefícios possíveis. É normal que assim aconteça. Das diferentes forças políticas da oposição, eis que, no íntimo, todos consideram que seria negativo irmos a entrar num processo eleitoral, após a eleição do Presidente da República, precipitado pela eventual inexistência de um Orçamento aprovado. Não interessa, porém, especular sobre o tema.

O que importa é perceber que o bom-senso passa por harmonizar as posições de princípio de cada um e com o interesse nacional. Quem quer correr o risco de gerar um Parlamento fragmentado e ingovernável? Quem deseja dar argumentos que reforcem a menor credibilidade e desconfiança em relação à vida política? Todos nos recordamos dos efeitos da votação do princípio de cada um e com o interesse nacional. Quem quer correr o risco de gerar um Parlamento fragmentado e ingovernável? Quem deseja dar argumentos que reforcem a menor credibilidade e desconfiança em relação à vida política? Todos nos recordamos dos efeitos da votação da moção de censura do PRD em 1987. Todos sabemos onde nos pode levar um egoísmo político cego. Conhecemos a formulação clássica do dilema do prisioneiro. E sabemos que a teoria dos jogos revela que

o egoísmo, a cegueira e o mero interesse individual determinam que, em vez de se obter a solução mais favorável, tende-se a chegar a um resultado desfavorável para todos, por falta de acordo sobre os interesses comuns. Uma vez que todos tendem a querer obter o melhor para si, esquecendo os outros, o resultado pode ser negativo para todos.

A política portuguesa não dilema, porém, candidatar-se a ilustrar este dilema, e é fundamental que tal seja compreendido, uma vez que os efeitos negativos de carismos num cenário de instabilidade prejudicam séria e inexoravelmente a todos. Alguns têm falado de uma suposta «chantagem» do Governo a propósito do Orçamento de Estado. Cabe antes de tudo explicar, com toda a serenidade, que a Constituição da República Portuguesa segue, com acentuado rigor, os princípios da Magna Carta do século XIII. Por isso, a Lei do Orçamento de Estado é o instrumento «sine qua non» para que as receitas sejam autorizadas e as despesas sejam efectuadas. O princípio da renovação anual da autorização das receitas e das despesas públicas determina que a autorização para cobrar os tributos e para realizar os encargos tenha de ser renovada anualmente. Não basta, pois, que um determinado código de imposto esteja em vigor - é indispensável que haja uma autorização parlamentar precisa e clara, designadamente respeitando o princípio da não retroactividade da lei fiscal.

Enganem-se, pois, os que julgam que esta questão é meramente técnica. Não é. É

política e cívica. Um Governo não deve ser colocado perante a situação de não ter meios para poder funcionar e cumprir o seu programa. A estabilidade, que não é um fim em si mas um meio para a boa governabilidade, exige que as oposições não se apresentem como meramente derrubantes, capazes de se pôr de acordo sobre a crítica mas nunca sobre a solução e a terapêutica. No caso português, além do dilema, parecemos estar perante um paradoxo. Há acordo essencial sobre a necessidade de uma reforma fiscal que desagrave os cumpridores e os agentes criadores de riqueza e penalize os relapsos, mas parece não haver força e sentido positivo e patriótico nas direcções políticas das oposições para poderem optar não de acordo com o interesse próprio egoísta mas segundo uma lógica de responsabilidade e estabilidade. E sejam claros: o Orçamento vale por si. O Governo está, como sempre esteve, aberto ao diálogo, visando aperfeiçoar o plano financeiro, sem ceder à demagogia, mas em nome da governabilidade, do rigor financeiro, da equidade e da consciência social. Não há parceiros privilegiados ou excluídos. Mas há princípios, há um programa do Governo e há a dignidade republicana que a todos obriga.

A pedra angular do momento político é a reforma fiscal, que só poderá ser aplicada em 2001 se houver Orçamento, como é óbvio. Esquecem-se, porém, os distraídos do artigo 167º, nº 2, da Constituição, que consagra expressamente um dispositivo travão que impede repercussões orçamentais automáticas das leis da

República, designadamente das alterações dos códigos dos impostos e demais tributos. E não lembram ainda que os nossos parceiros europeus têm dispositivos constitucionais que favorecem a estabilidade em matéria orçamental, como em França, onde o artigo 47º da Constituição de 1958 prevê a aplicação do Orçamento por decreto no caso de o Parlamento não decidir num prazo de 70 dias... O problema é, no entanto, político. Cada um está perante as suas responsabilidades - e em primeiro lugar, naturalmente, o Governo. Nesse sentido, o bom-senso exige que cada um diga com clareza o que pensa, que propostas tem e que antídoto preconiza contra a instabilidade. Perceba-se, afinal, que a chantagem vem de quem a invoca. Quem perdeu nas urnas quer agir como se o contrário tivesse acontecido...

O Orçamento do Estado está apresentado. Os contribuintes e os cidadãos em geral precisam dele. Um voto negativo será sempre um salto no escuro. Quem quiser assumir as suas responsabilidades. E fique claro que o suplemento da alma de que o país precisa consegue-se com acção e determinação e nunca com o ressentimento. Gladstone dizia que não podemos combater contra o futuro, pois o tempo está sempre do nosso lado. Será que todos compreendem isso mesmo? Quem pretende alimentar um clima de crise sem alternativas arrisca-se, por isso, a caminhar inconscientemente para o suicídio. Eis o que temos de recusar.

It-Expresso

## PS: PREPARAR A VITÓRIA NA MADEIRA



**N**ão há memória em política. Por isso não me levarão a mal que lembre: as duas medidas do Governo mais conotadas com valores de esquerda, legislação sobre a defesa do sistema público de segurança social e o recente pacote fiscal, constavam da moção «Falar é preciso», de que fui primeiro subscritor, juntamente, entre outros, com Alberto Martins, Medeiros Ferreira, Strecth Ribeiro e Eduardo Pereira. Confirma-se que o direito de opinião e o exercício da crítica são indispensáveis num partido democrático, sobretudo quando está no Governo. Tem havido no PS quem, de forma coerente e sem contrapartidas de cargos, defenda causas e soluções um pouco mais de esquerda e um pouco mais socialistas. Já aqui citei De Gaulle: tem-se por vezes o azar de ter razão antes de tempo. Mas ainda bem que o Governo deu os primeiros e acertados passos para uma reforma fiscal sem a qual não haverá nunca justiça social.

Também aqui, há pouco tempo, sublinhei a responsabilidade nacional do PS pela inexistência de uma alternativa na Madeira. Por isso concordo com Jorge Coelho sobre a necessidade de uma reflexão urgente sobre o futuro do PS naquela região autónoma. É um dever cívico e democrático do PS no seu todo. Não está em causa o respeito devido a todos os que, de Emanuel Jardim Fernandes a Mota Torres, deram a cara pelo PS num combate desigual. Acontece que os factos são teimosos e os números mostram que é preciso mudar. Se foi possível nos Açores também há-de ser na Madeira. Já não basta resistir, é preciso preparar a vitória.

2. A originalidade do projecto europeu reside na pluralidade das suas culturas e línguas. Sendo a União Europeia uma União de Estados e de povos, o factor demográfico introduz à partida uma inevitável desigualdade. Haverá sempre uns mais iguais que outros. Mas uma lógica de

grandes contra pequenos mataria o ideal europeu. Por isso fiquei tão incomodado com as notícias sobre o jantar de Biarritz. Não sei o que Guterres respondeu a Chirac e Jospin. Mas apetece-me dizer-lhes que Portugal, tal como hoje existe, é mais antigo do que a França e, com as navegações, foi Europa antes de a Europa o ser. Um pouco de patriotismo primário faz bem ao ego. Mas não resolve o essencial, que é saber qual a estratégia contra o que foi claro em Biarritz: a intenção de os grandes imporem a construção de uma Europa a várias velocidades. Não há cidadania europeia com europeus de primeira, de segunda e de terceira. Coloca-se hoje o problema de compatibilizar o alargamento da UE com a funcionalidade do sistema. Tal não deve pôr em causa a Comissão Europeia nem conduzir a um reforço desmedido do peso dos grandes nas decisões políticas. Portugal deve continuar a defender o princípio de que cada Estado tenha um elemento na

Comissão Europeia. É fundamental para a legitimação da Comissão junto das opiniões públicas. Deve defender uma reponderação moderada do factor demográfico de modo a assegurar a legitimidade e representatividade das decisões. Deve conjugar a defesa dos interesses nacionais com as reformas necessárias à eficácia da UE. E, sobretudo, não pode ter outra posição que não seja a de pertencer ao núcleo duro dos que defendem a representatividade e a legitimidade sem as quais o projecto europeu será desnaturado e subvertido. Não vale a pena aprovar a Carta dos Direitos Fundamentais se for posta em causa a igualdade entre estados e povos, até porque sem esta não haverá igualdade entre os cidadãos. Não quero ser um europeu de segunda numa Europa em que alemães e franceses serão sempre cidadãos de primeira. Eis o que, como cidadão português, me apetece responder a Chirac e Jospin.

It-Expresso

## DE BIARRITZ A SHARM EL-SHEIKH



**D**esta vez escrevo de Praga, não de Bruxelas, onde estou, a convite do Presidente Vaclav Havel, a participar no Fórum 2000 «education, culture and spiritual values in the age of globalisation».

É um fórum que reúne personalidades do mundo inteiro – do sociólogo checo, Jiri Musil, ao cientista político francês, Jacques Rupnik, do poeta nigeriano Prémio Nobel, Wole Soyinka, à antiga primeira-ministra polaca, Hanna Suchocka, do prémio Nobel, Shimon Peres, ao reitor da Universidade Central do Chile, Manfred Max-Neef, ou ao antigo primeiro-ministro da África do Sul e também Prémio Nobel, Frederik de Klerk, para só citar alguns nomes entre meia centena de participantes -, com o objectivo de debater gravemente as questões da globalização e os seus efeitos, positivos e negativos, na cultura, na diversidade e riqueza das suas respectivas identidades e nos valores éticos e espirituais que enformam as grandes culturas humanas.

Trata-se, como os leitores interessados compreendem, de uma temática de grande actualidade e interesse, que versou igualmente, embora de outro modo, a conferência «Oceanos de Paz», organizada há três semanas, em Lisboa, pela Comunidade de Santo Egídio - um encontro ecuménico de religiões e de culturas - em que o senhor patriarca de Lisboa, D. José Policarpo, teve uma intervenção destacada e notabilíssima.

Contudo, por mais apaixonante que seja o tema da globalização como ameaça - visando a uniformização e hegemonização de um certo «pensamento único», com a ajuda das televisões internacionais, porventura fomentador de uma perigosa illiteracia limitativa do espírito crítico - deve ser entendida também como inevitabilidade, que

importa saber regulamentar no plano internacional, nomeadamente quanto à vertiginosa mobilidade dos capitais, devastadora para os Estados-nação.

Assim, uma vez que a globalização existe - é um facto inelutável, que está mesmo em expansão arrasadora - a primeira coisa que interessa fazer é aprender a lidar com ela e a pôr em relevo as potencialidades positivas que cria e a reduzir os seus aspectos negativos. Como? Eis a essência do fórum de Praga.

No entanto, a actualidade obriga. Não vou prosseguir, portanto, no tema da globalização.

Numa coluna como a que subscrevo, intitulada «De Bruxelas...», na qualidade de deputado do Parlamento Europeu, não posso - nem devo - deixar de referir esta semana a Cimeira de Biarritz, apesar de os seus resultados serem francamente decepcionantes, as esperanças que se perfilam relativamente à Sérvia (e também ao Montenegro), com o apagamento de Milosevic e a afirmação do novo Presidente, Vojislav Kostunica (que esteve presente e foi mesmo uma das vedetas em Biarritz) - e que abrem boas perspectivas, em direcção à União Europeia, para todos os novos Estados saídos da antiga Jugoslávia - e ainda a sombra assustadora de um novo conflito israelo-árabe, com consequências pesadíssimas para todo o Médio-Oriente, para o Mediterrâneo Oriental e, portanto, para a União Europeia, se a Cimeira que começou em 16 de Outubro na bellissima estância egípcia de veraneio no Mar Vermelho, Sharm el-Sheikh, não tiver resultados conclusivos em termos de parar com a guerra eminente (desconheço ainda os resultados no momento em que escrevo).

Quanto à Cimeira de Biarritz: os resultados ficaram muito aquém do que se esperaria.

Não se compreende mesmo por que razão a presidência francesa teimou em levar por diante duas cimeiras no espaço de dois meses: Biarritz e Nice. Para mais, sem ter trabalho de casa positivo a apresentar.

Na verdade, não houve progressos declarados quanto à Conferência Intergovernamental (CI-G).

Pelo contrário, em filigrana filtrou-se a ideia de um conflito latente e perigosíssimo entre grandes e pequenos (e também médios) estados europeus. Guterres bateu-se para que não se avançasse de facto para um «directório dos grandes».

Aguardemos, pois, pela Cimeira de Nice...

Quanto à Carta dos Direitos Fundamentais - outro tema de relevante interesse - já elaborada pela Convenção presidida pelo antigo Presidente alemão Roman Herzog, não foi discutida em profundidade, tendo sido o debate adiado para Nice ou - imagine-se! - para a próxima presidência sueca (que começa em Janeiro). Que desilusão para António Vitorino e para todos os verdadeiros europeístas!

Os ilustres membros do Conselho Europeu, reunidos em Biarritz, não chegaram sequer a entender-se sobre se os direitos consignados na Carta têm ou não valor vinculativo e se a Carta será o preâmbulo de um novo Tratado da União (que inclui todos os anteriores), se integrará uma futura Constituição Europeia (ideia que os ingleses vêem com horror!) ou se será um simples documento solto e meramente declaratório. Mau prenúncio...

De positivo Biarritz deu uma ajuda substancial a Kostunica, que se apresentou como presidente de todos os cidadãos da Sérvia (sérvios ou não) e bastante moderado em relação a Milosevic, como convém, apesar de os «falcoes» da NATO desejarem o contrário... Quanto a saber de onde sairá o

apoio financeiro prometido à Sérvia, foi coisa que não ficou muito clara.

Dado o empenhamento geopolítico da França, no apoio à Sérvia, será que a ajuda financeira virá a sair dos fundos destinados à PAC? Ninguém teve a coragem de o propor...

Finalmente, a sombra terrível que se projecta sobre a paz no Médio-Oriente. Shimon Peres, numa entrevista notabilíssima concedida a «Le Monde» (de 13 de Outubro) afirmou: «Em primeiro lugar a violência deve cessar. Antes mesmo de verificar quem começou ou de quem é a culpa - isso podemos averiguar mais tarde - é necessário, no imediato, chegar a um cessar-fogo. Não se pode negociar e disparar simultaneamente. Jerusalém tem uma história muçulmana e também judia. E já que se trata de história, a história judia tem pelo menos três mil anos, a cristã, dois mil e a muçulmana mil e trezentos anos. Em política devemos chegar a um compromisso. Em religião, devemos coexistir». Palavras sábias...

Serão ouvidas em Sharm el-Sheikh, tão próximo do Monte Sinai, de tanta tradição para as três religiões do Livro?

Clinton fará o que puder para que assim seja, não tenho dúvidas.

É do seu interesse e do interesse de Al Gore. Mubarak também.

Mas terão Yasser Arafat e Ehud Barak espaço suficiente de manobra, apertados como estão entre extremistas dos dois campos de sinal contrário...? É o que se verá em Sharm el-Sheikh. Mas não deixa de ser legítimo pensar, desde já, que as eleições presidenciais americanas, com tudo o que nelas está em jogo, poderão ter alguma coisa a ver com o complexo imbróglio judaico-árabe.

Para não falar do preço do petróleo...

In «Expresso»

## O SENHOR BARROSO

**E**ste a que me refiro não é o Durão. É até bastante «molão». Refiro-me a um exemplar da espécie que, há cerca de 20 anos, tinha mais exemplares por metro quadrado em tudo quanto era salas e corredores de ministérios e direcções-gerais. Nessa altura havia uma outra que ela quase rivalizava e dizia-se que ambas somadas monopolizavam tudo o que era tacho e outros trens. Vem isto a talhe de podão por ter visto que um tal senhor Alfredo Barroso escreveu num órgão de imprensa que «há vinte anos o PS era dominado por políticos e militantes e actualmente é dominado por tecnocratas e funcionários de carreira». O citado, logo cedo, nos primórdios da revolução, sem precisar de saber de política ou outra coisa qualquer,

bastando-lhe o apelido, dependurou-se nos colarinhos do padrinho, levou consigo (ou foi com) tudo o que tinha nome com o mesmo étimo e assim ficou a administração povoada. E, como era autónomo e capaz, por lá foi andando, exactamente e só, enquanto por lá esteve apadrinhador. Sempre colado e sempre importante. Depois, sem a estaca suporte do padrinho, ficou dependurado e parece que passou a sofrer de azia. Tudo o que, no Partido Socialista, atingiu lugares de destaque passou a ser tecnocrata e carreirista, em contraponto com os autochamados idealistas e autoditos socialistas, grupo onde o Sr. Barroso se coloca. De gaveta. Onde ficou guardado certo socialismo.

E o que escreveu agora é um pequeno arrote,

porque desde que deixou de cirandar pelos corredores do poder e do ditame, nunca mais parou de vomitar diatribes contra o partido onde chegou a estar e espero que não esteja mais. Se eu tivesse influência na estrutura superior do partido, era capaz de meter cunha (lembram-se das anedotas que se contavam ao tempo a propósito das cunhas barroselas?) ao techno-Gama ou ao techno-Costa, ao techno-Sampaio («ainda se não distinguia por nada» em contraponto ao que se distinguiu por ter devolvido o cartão de militante e se tomou savimbista), ou aos carreiristas Guterres, Coelho ou Alegre para que lhe fosse reentregue um corredor num qualquer palácio.

No curto entendimento «Barrosão», o Dr. Sampaio, como momento político importante

só teve a ida a Fátima, no caso vertente como representante de alguns milhões de portugueses que não puderam lá estar. Não lhe foi exigido que se convertesse, nem se terá convertido. Mas cirandou por todo o País como o Papa, indo até às ilhas, como fez o anterior Presidente, de resto, também, em romagem político/pontifício/católica. Representando, e bem, o mundo português. A próxima eleição poderá vir a ser o acto político mais fastidioso destes 26 anos da II República. Muito interessante e renhida foi a eleição para o último mandato de Mário Soares. Teve um adversário que deu luta desenfreada e foi difícil (ao PS) derrotar o que agora aponta para três ou quatro por cento de intenção de voto. Pontham-lhe um espelho na frente para que se veja e se envergonhe



EUROPA

Francisco Seixas da Costa



## A CAMINHO DE NICE

**A** primeira que reúne, hoje e amanhã, os líderes europeus em Biarritz constitui um teste à vontade comum de chegar a um resultado consensual em Nice, em Dezembro, quanto à reforma das instituições comunitárias. Comportar um alargamento da União Europeia, que irá ter uma dimensão sem precedentes, sem, com isso, pôr em causa a funcionalidade do sistema e sem criar bloqueamentos à prossecução eficaz das actuais políticas comunitárias, é o exercício que esta Conferência Intergovernamental (CIG) tem perante si, desde que, em Fevereiro, foi lançado pela presidência portuguesa. Valerá a pena revisitar os principais temas da limitada, mas nem por isso menos complexa, agenda desta negociação.

**A importância da Comissão** • A Comissão Europeia é uma instituição única, a que os tratados conferem o poder exclusivo de submeter aos governos propostas de legislação, competindo-lhe desenvolver posteriormente as políticas que decorrem das decisões tomadas colectivamente pelos Estados. Daí a importância de preservar, em absoluto, a sua independência como «guardião dos tratados», a qual vai de par com a necessidade de nela se reflectirem as sensibilidades existentes no espaço comunitário. Nesta conferência está em discussão se a Comissão deve ou não continuar a comportar, pelo menos, um nacional indicado por cada Estado-membro ou se, por razões de alegada eficácia, ela deve ter um limite quantitativo de crescimento, independentemente do número futuro de Estados. Alguns consideram ainda que seria

importante, também à luz de uma lógica de funcionalidade, estabelecer uma estrutura hierárquica que desigualize os comissários, mantendo, contudo, a igualdade do seu voto. Portugal tem vindo a defender a importância de, no actual estado de desenvolvimento do modelo europeu, cada Estado poder continuar a indicar um elemento para o colégio de comissários, como factor essencial para a própria legitimidade da Comissão junto das diversas opiniões públicas.

**O poder dos Estados** • Saber se o factor populacional deve ser mais reforçado, dentro da diferenciação actualmente já existente entre os Estados no processo de decisão, é um problema que se situa na fronteira muito pouco definida entre uma união de Estados e uma união de povos. Embora o argumento demográfico tenha de ser ponderado por forma a garantir a legitimidade e a representatividade das decisões, é importante moderá-lo pela consideração de que estamos a tratar com entidades com igual dignidade formal no plano internacional.

O nosso país tem vindo a defender um esforço de readaptação moderado do actual sistema, estando aberto – conforme previsto no Tratado de Amsterdão – para considerar um ligeiro reforço do factor populacional se os Estados que hoje designam dois comissários prescindirem de um deles. Ganhar-se-ia assim, pela primeira vez na história do projecto europeu, uma absoluta igualdade entre todos os países no seio da Comissão.

**O abandono da unanimidade** • A tomada de decisões por consenso é a regra do trabalho intergovernamental no plano internacional, mas

é óbvio que não pode sê-lo numa estrutura funcional como a da UE. Numa União alargada a mais de 20 Estados, com uma acrescida heterogeneidade de interesses e de cultura, o consenso será progressivamente mais difícil e bloqueante.

A posição portuguesa tem sido, por isso, de uma maior abertura nesta matéria, dado considerá-la a pedra-de-toque para o sucesso da reforma em curso. Estamos a trabalhar no sentido de poder ir tão longe quanto possível, numa lógica que alie a preservação da capacidade de protecção de interesses nacionais essenciais com a funcionalidade do processo europeu.

**A integração diferenciada** • O problema das chamadas cooperações reforçadas é um dos temas mais sensíveis desta CIG. A lógica da União assenta em que todos caminhem em conjunto. A agregação de apenas alguns países para aprofundar certas políticas deve continuar a ser uma excepção, tal como hoje ocorre com a moeda única ou com o acordo de Schengen. A questão está em saber como flexibilizar as cooperações reforçadas, sem que tal ponha em causa a coerência do funcionamento do conjunto da União e que se criem riscos de recuo face ao actual acervo legislativo.

Portugal, que teve a iniciativa de introduzir o tema na agenda da CIG durante a sua presidência, tem vindo a defender um conjunto de regras menos constrangentes, que ajudem a que haja espaço para alguns continuarem a aprofundar certas políticas, mesmo que outros não mostrem interesse em partilhar essa via, e que assim se evite que certos Estados se sintam

tentados a fazê-lo fora das regras do tratado. A questão está em que tal se execute sempre com grande transparência e sob princípios claros, que permitam aos países que não tenham podido ou querido associar-se desde o início a esses modelos poder vir a fazê-lo mais tarde, com todas as garantias.

**O que esperar de Biarritz** • É essencialmente, em torno destes quatro temas que decorrerão os debates em Biarritz. Da reunião esperam-se linhas de orientação para os trabalhos nas sete semanas que nos separam de Nice, onde desejavelmente deverá ser possível acordar as alterações ao tratado.

Ao contrário de muitos, não temos uma visão pessimista do estado da negociação, não obstante as clivagens ainda existentes, pensamos que o bom senso acabará por prevalecer, como sempre acontece nos momentos decisivos da vida da União. Basta, para tal, que a presidência francesa tenha a prudência de fazer assentar as suas propostas futuras nas tendências maioritárias já suficientemente evidentes e que a reunião de Biarritz não deixará, seguramente, de confirmar.

O que não será aceitável – e esperamos que isto fique bem claro nas discussões de hoje e de amanhã – é que alguns Estados tentem impor uma espécie de «Diktat», politicamente apoiado no espectro do atraso do alargamento, com base em soluções com suporte minoritário e à luz de uma suposta legitimidade histórica que outros não reconhecem. Essa seria a receita para um desastre cujos culpados seriam, desde já, óbvios.

In «Público», 13 de Outubro

POLÍTICA

Fernando Pereira Marques



## UM NOVO CICLO?

**O** governo apresentou, finalmente, uma proposta de reforma fiscal e de medidas de combate à evasão e à fraude. É uma proposta ainda omissa no que se refere aos impostos sobre o património e as grandes fortunas, e tímida em vários aspectos, como o do sigilo bancário, mas constitui o princípio de um processo que se poderá enriquecer e consolidar a nível parlamentar. Todavia se, de facto, como alguém já disse, esta é a «mãe de todas as reformas», não se percebe porque só agora se avança com ela. Recordemos uns quantos números referentes à situação tributária do país: 42 por cento das receitas do fisco são garantidas pela tributação de bens e serviços (31,4 por cento é a média na UE) e só 29 por cento pelos impostos sobre o rendimento (35,4 por cento idem); 75 por cento das receitas de IRS em 1998 são originárias dos salários dos trabalhadores por conta de outrem, 13 por cento das pensões e... 12 por cento correspondem aos contributos dos comerciantes, agricultores, profissionais liberais e dos rendimentos de capitais; 500 contos é o rendimento médio anual declarado (1996) por comerciantes e industriais em nome individual, 400 contos dos agricultores, 800

contos dos trabalhadores por conta própria, enquanto que idêntico rendimento dos trabalhadores por conta de outrem é de... 2000 contos; 105 empresas cobriram 82 por cento das receitas do IRC (1998), o que significa que 48 por cento das empresas que fazem declarações ao Estado não pagam impostos; a crer nos resultados declarados pelas pequenas empresas, as que apresentam resultados positivos teriam obtido 57,8 milhões de contos de lucro, mas as que afirmam ter tido prejuízos somam 159,9 milhões de contos. Se estes dados relativos à actividade empresarial correspondessem à realidade, teríamos, obviamente, um caso de uma economia nacional inviável e falida. Por outro lado, para qualquer observador não adormecido pela cumplicidade e pelo laxismo, é patente o enorme contraste entre o nível declarado dos rendimentos de muitos indivíduos e estratos sociais e os seus hábitos de consumo e manifestações exteriores de riqueza. Aspectos próprios de uma realidade terceiro-mundista a que se deverão acrescentar os escandalosos benefícios fiscais de que usufrui a Banca, assim como os especuladores financeiros, nomeadamente os que actuam no «off shore» da Madeira.

Estes factos retratam, com toda a clareza, uma sociedade onde a fraude – pequena, média e grande – se tornou uma prática estrutural, tolerada socialmente e não punida, perante um Estado burocratizado, ineficaz e impotente. Não admira, pois, que se banalize a corrupção, como ainda há dias o presidente da CIP admitia com desfaçatez, justificando a existência de «despesas confidenciais» das empresas. Sofre com tudo isto, como é óbvio, o país no que se refere ao seu desenvolvimento, à competitividade e à produtividade – factores que não podem ser só função dos salários –, sofrem, sobretudo, os menos favorecidos e os que dependem da sua força de trabalho. Mas também sai ferida a democracia, pois perpetua-se o subdesenvolvimento cívico e fragiliza-se o tecido social.

Esta reforma, a avançar efectivamente, em profundidade e com todas as implicações, vai ter de mexer em atavismos, mentalidades, comportamentos e interesses instalados. Vai deparar-se com a resistência do patronato que da Europa procura colher as vantagens mercantis mas não a cultura empresarial, no que esta tem de exigente quanto ao respeito pelas regras. Vai, inevitavelmente, enfrentar a

arrogância de várias corporações de profissionais liberais.

Uma efectiva reforma fiscal é uma reforma eminentemente política, que não se pode separar de uma estratégia global coerente, envolvendo a Economia e as Finanças, claro está, mas também outras áreas de intervenção prioritária, como a Justiça e até a Educação e Formação. Donde é fácil concluir que o seu êxito implica capacidade executiva da parte do Governo, persistência e firmeza na defesa do bem comum. De realçar, neste quadro e como condição não menos essencial, a necessidade de modernização da máquina administrativa do Estado e «a fortiori» da administração fiscal.

Uma reforma desta relevância precisa de suscitar o apoio e a participação da maioria dos portugueses. Precisa que se desenvolva uma cultura de responsabilidade cívica, o que impõe aos poderes públicos, aos funcionários e detentores de cargos políticos, a pedagogia do exemplo, do rigor, da legalidade, da honestidade, da eficácia. Será que era a esta dimensão das tarefas que urgem e à tomada de consciência do tempo perdido que se referia o primeiro-ministro quando falou de um «novo ciclo»?

In «Expresso»

NOVAS TECNOLOGIAS

José Magalhães

## TELEMÓVEIS: TERCEIRA GERAÇÃO À PORTUGUESA



**1.** Na véspera do 5 de Outubro, todos os leitores do jornal «Público» ficaram a saber que o Governo e em particular o ministro do Equipamento, Jorge Coelho, iam ser acusados nessa tarde pelo PSD, no homicídio de S. Bento, de andar a «vender ouro por preço de latão» (o ouro das novas redes de telemóveis de terceira geração, UMTS, estaria, segundo os acusadores, a ser entregue «ao desbarato»).

A vida está dura para certos políticos, as sondagens geram insónias, puxa-se pela cabeça noites a fio em busca de ideias para arremessar contra o Governo. Não há nada de satânico nisso e triste seria a oposição que magicasse na forma de ajudar o Governo a tapar erros ou ilegalidades. O desespero é, porém, mau conselheiro, porque, entre outras coisas, faz perder o sentido da medida.

No caso do UMTS, muitos factores convergem para a desgraça dos críticos. O direito de pensar criticamente e exprimir livremente opiniões não está em causa e ser minoria nunca pode ser motivo de vergonha. O que impressiona é a pobreza do argumentário, o estilo sarrafeiro, a tentativa de lançar achas «high tech» para a campanha com que certas forças têm procurado atingir o ministro Jorge Coelho, como se este não conduzisse o processo segundo regras de lisura e transparência.

A «profecia» do «Público» materializou-se: o PSD

tentou enxertar um spot sobre o espaço radioeléctrico num debate parlamentar sobre património público... imobiliário. Saiu-se mal. Foi repetida uma alegação confusa, feita sob pressão da análise do prof. Marcelo Rebelo de Sousa que, venenosamente, acusava o PSD de estar desatento ao sucesso dos leilões no Reino Unido e Alemanha. Não estava e tinha tido uma atitude inteligente ao longo dos meses em que o concurso foi preparado. Mas, picado, baralhou-se.

**2.** Os ex-ministros das telecomunicações e gente laranja conhecedora do sector não tiveram voz. Falaram, sim, perfeitos amadores, dribladores apenas de confusões. A primeira é óbvia: claro que o Estado não deve vender ao desbarato o espaço radioeléctrico! Mas copiar o que funcionou em Munique não seria adequado no panorama telecomunicacional português. Injectar a palavra «leilão» no «Diário da República» não faria brotar do éter milhões instantâneos, vindos do nada e sem consequências para o tecido económico do sector. Muito convenientemente, omitem também (ou ignoram?) que o leilão holandês correu pessimamente. Como avisa Paul Klempner, professor de Oxford, que assessorou o governo Blair no processo UMTS, não há modelo único, universalmente eficaz. Há que prestar atenção ao contexto concreto! Nada de «pronto-a-vestir»: é preciso fazer fatos

à medida, «porque o diabo está nos detalhes». O PSD é insensível aos detalhes do que os nossos especialistas escreveram quando a Comissão Europeia submeteu a questão a debate e pode ler-se na Net, mesmo sem UMTS ([WWW.ispo.cec.be/infosoc/telecompolicy/review99/comments.html](http://WWW.ispo.cec.be/infosoc/telecompolicy/review99/comments.html)).

Deviam ler cem vezes o que estes argumentaram (desde a Optimus à Maxitel de Sequeira Braga), em vez de os desprezarem com labéus infamantes («são padres de ricos, mas não querem pagar» — Castro Almeida *dixit*). Nenhum outro partido se coloca na posição do PSD, incluindo aqueles que mais frequentemente que no PSD glosam o lema «os ricos que paguem a crise!». Porquê? Porque o nosso fato à medida vai permitir que o Estado português receba ao longo dos muitos anos do período de licenciamento, uma soma não inferior ao encaixe que fascina os nossos admiradores do sistema do leilão. Vais receber em dinheiro (20 milhões vezes 4, à cabeça), e também em impostos, em taxas. E, sobretudo, receberá serviços, contraprestações em espécie.

**3.** O «concurso à portuguesa» exige aos candidatos um grande esforço (chamar-lhe «desbarato» é absurdo). Poupa-se, sim — e ainda bem — um endividamento brutal das empresas no arranque (em França tiveram de pedir emprestados 8 mil milhões!), faseando as

prestações e as formas de as realizar.

Todos têm de pagar ao Estado um montante fixo igual, mas só ganha quem oferecer mais e melhores contrapartidas 8vg. Em celeridade e qualidade da cobertura do território, em preços, em serviços dirigidos à massificação da Net, com sentido social anti-info-exclusão).

Abre-se assim uma corrida à colocação altíssima da fasquia das contrapartidas, com sete concorrentes em luta aberta. A solução representa uma garantia de que a afectação de recursos se fará em prol de uma prioridade vital para a modernização, sem desvio possível qualquer que seja o ciclo político. O PS imprimirá desta forma uma marca digital, blindada, contra quaisquer tentações de desvio de recursos para outras finalidades, propiciando, ao mesmo tempo, a estabilidade do processo UMTS, tanto no arranque como na evolução ao longo de duas décadas.

Que nessa marca digital se reconheçam outros — a esmagadora maioria dos partidos — só enobrecer quem desenhou essa plataforma, que não tem «alma pequena». Consegue, por isso, abarcar muito mais do que a família política que hoje tem responsabilidades governativas. Prevejo que o consenso vai alargar-se, tão forte será o salto e a paixão dos portugueses pelos novos telemóveis. Mas só merece louvor quem souber ver «antes da curva» e não cegou ao brilho do latão.

In «Público»

SISTEMA ELEITORAL

Filipe Nunes

## IDEIAS FEITAS SOBRE CÍRCULOS UNINOMINAIS



**D**esde a apresentação do Programa de Governo e da criação do Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública, têm surgido na imprensa várias ideias feitas sobre a introdução de círculos uninominais de candidatura no sistema eleitoral português. No início de uma sessão legislativa que se espera venha a ficar marcada pela reforma do sistema eleitoral da Assembleia da República, aqui ficam algumas respostas a essas ideias feitas.

1) «Os círculos uninominais são uma questão «transversal» aos partidos.»

Não são uma questão «transversa» ou de «consciência»; são uma proposta política sufragada pelos milhões de eleitores que votaram nos programas eleitorais do Partido Socialista e do Partido Social Democrata e que se identificam com o programa do CDS/Partido Popular.

2) «Os círculos uninominais podem potenciar fenómenos de caciquismo local.»

A política comparada demonstra que o caciquismo não é um exclusivo dos sistemas eleitorais com círculos uninominais, estando até essa questão já um pouco datada. Hoje em dia o principal problema está na transparência do sistema de financiamento dos partidos políticos. Por outro lado, é negável que o escrutínio de lista plurinominal fechada, mais do que o uninominal, conduz a uma carreira política mais dependente dos partidos do que dos eleitores — precisamente

o que se quer evitar. No fundo, esta tese do caciquismo lança a suspeição sobre 24 anos de poder local democrático e personalizado, experiência que, recorde-se, costuma ser consensualmente elogiada.

3) «A criação de círculos uninominais é uma habilidade de engenharia eleitoral para eternizar um ou dois partidos no Governo.» Quando se fala de círculos uninominais, coloca-se sempre o problema do seu desenho. Ficou célebre a história de um governador americano de Massachusetts que, em 1811, criou umas circunscrições com um desenho anormal, bem à medida dos seus interesses eleitorais. É o chamado «Gerrymandering». Desde então, em toda a parte, tem-se procurado que o desenho dos círculos uninominais resulte de critérios objectivos. Tem sido também essa a preocupação do Governo: garantir que cada círculo uninominal tenha um número de eleitores que se contém em limites de baixa variação; e, por outro lado, assegurar que a cada círculo corresponda uma área contínua, de preferência com a área do município, com o agrupamento de freguesias, em concelhos mais populosos, como Lisboa e Porto, ou com o agrupamento das áreas integrais de municípios contíguos.

4) «O incentivo à abstenção pode também advir da excessiva complexidade do sistema e do acto de votar.»

O sistema de representação proporcional personalizada que o Governo preconiza é tão

complexo como outro sistema eleitoral qualquer. Mas para que se perceba a lógica política do sistema basta olhar para o boletim de voto que tem sido proposto desde 98. Nesse boletim de voto temos, à esquerda, a coluna das listas partidárias candidatas a um dado círculo parcial, e, à direita, a coluna dos candidatos a um determinado círculo uninominal. Podemos, assim, no mesmo boletim, votar no partido e no candidato da nossa preferência, embora seja apenas o voto partidário a determinar o apuramento global do número de deputados a eleger por cada partido. Os candidatos vencedores nos círculos uninominais consideram-se, de facto, automaticamente eleitos, e as eventuais distorções à proporcionalidade que daí decorram serão compensadas no círculo nacional: se um partido elegeu, proporcionalmente, um deputado uninominal a mais, é-lhe retirado um mandato no círculo nacional. O círculo nacional, para além de permitir a eleição dos quadros dos partidos, funciona assim também como círculo de compensações de eventuais desvios à proporcionalidade. Nas últimas eleições, sem círculo nacional, muitos votos dos círculos distritais mais pequenos foram literalmente perdidos. Contudo, ficando, como tem defendido o Governo, as candidaturas uninominais associadas a um círculo parcial e a outro círculo nacional, será possível contrariar esta lógica do voto útil (típica dos sistemas de voto singular), que, em teoria,

pode contribuir para a desmobilização de alguns sectores do eleitorado.

5) «Os círculos uninominais contribuem para aumentar a abstenção: veja-se o Reino Unido e a Alemanha.»

No Reino Unido, vigora ainda um sistema maioritário simples, com círculos uninominais de apuramento que não podem, por definição, ser comparados aos círculos uninominais de candidatura. Comparando o que é comparável, isto é, observando os índices de participação eleitoral em sistemas idênticos ao que se propõe, vemos que na Alemanha as taxas de abstenção têm-se mantido estáveis e que na Nova Zelândia o novo sistema de representação proporcional personalizada levou mesmo a um aumento da participação eleitoral. São os baixos índices de proporcionalidade (associados a círculos de pequena dimensão) e não a existência de círculos uninominais de candidatura que podem conduzir ao aumento da abstenção. Na Alemanha, por exemplo, apesar dos círculos uninominais, os índices de proporcionalidade e de participação eleitoral são mais elevados do que (hoje) em Portugal com um sistema proporcional de listas plurinominais fechada (1).

(1) Sobre as variáveis que efectivamente condicionam a participação eleitoral na Europa, leia-se Lane, Jan-Erik e Svante Ersson (1994), «Politics and Society in Western Europe», Londres, Sage

In «Público»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Concurso em Albufeira**

A quarta eliminatória do IV Concurso de Fado Amador decorre amanhã, no Ferreiras – Futebol Clube de Ferreiras, a partir das 21 e 30.

**Concerto em Amarante**

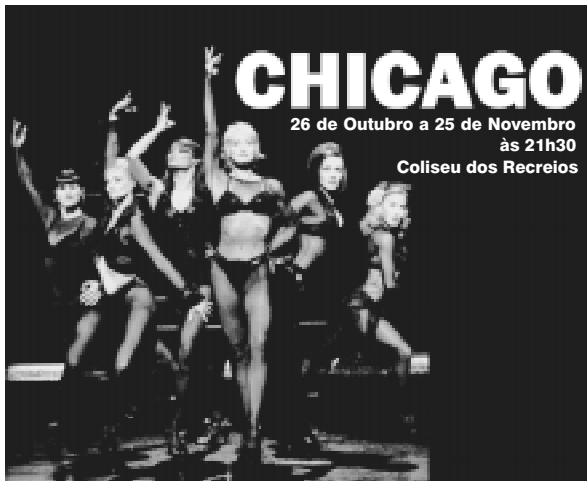
A Orquestra do Norte volta à Igreja do Mosteiro de São Gonçalo no próximo dia 28, sábado, pelas 21 e 30, para um concerto que terá direcção do maestro Gunther Arglebe. Do programa deste espectáculo constam a Sinfonia n.º 3 de Shumann e «Danças Húngaras» de Brahms.

**Etnofolclore em Coimbra**

As VI Jornadas Técnicas de Etnofolclore decorrem este fim-de-semana, dias 28 e 29, na Casa Municipal da Cultura. O Quinteto de Bernardo Moreira actuará, na quarta-feira, dia 1, na Casa da Cultura, por ocasião do espectáculo de homenagem a Carlos Paredes.

**Dança em Espinho**

O Casino de Espinho apresenta, este domingo, dia 29, um espectáculo produzido pela Companhia Internacional de Dança Irlandesa – «Spirit of Dance» – que combina diversos ritmos e estilos. Trata-se de uma viagem ao longo da qual são exploradas múltiplas formas de dança, cujo fio condutor é a história de um espírito etéreo que vaguei pelo mundo em busca de amor. É, assim, uma feliz combinação de cultura tradicional celta como os principais timbres do flamengo e do jazz.



**Poesia e música em Faro**

«Actos de Leitura» é o título do espectáculo musical e poético que Cristina Paiva e Fernando Ladeira apresentam, hoje, pelas 21 e 30, na Biblioteca Municipal. Até ao dia 31, Francisco Laranjo expõe, na TREM – Galeria Municipal de Arte, «Memórias, Transformações e Imagens».

**Municipalismo na Guarda**

As comemorações dos 800 anos da cidade terminam amanhã com uma mesa-redonda sobre municipalismo, um evento que contará com a participação de conceituados historiadores das várias universidades portuguesas e reputados autarcas. A mesa-redonda, que pretende apresentar, em traços largos, o devir histórico do poder local desde os tempos medievais e época moderna até ao período liberal do século XIX, realiza-se na Sala da Assembleia Municipal entre as 9 e 30 e as 12 e 30, e das 15 às 17 horas.

**Cinema em Guimarães**

O Cinema São Mamede exhibe, a partir de amanhã e até ao final do mês, «A Verdade Escondida», um filme realizado por Robert Zemeckis, com Harrison Ford e Michelle Pfeiffer nos principais papéis. No cartaz do Auditório da Universidade do Minho estará, domingo, dia 29, «Virgens Suicidas», de Sofia Coppola, e na terça-feira, dia 31, «O Homem Transparente», de Paul Verhoeven.

**Línguas em Lisboa**

A 11ª edição da Expolingua Portugal

decorre, na metrópole alfacinha, a partir de hoje e até ao sábado, dia 28. A Expolingua Portugal é, à semelhança das suas congéneres europeias, um evento que reúne todos os agentes envolvidos no mundo do ensino e aprendizagem de línguas. No âmbito do programa cultural, realiza-se um congresso, em cuja sessão inaugural a língua francesa terá destaque. Em debate estará o papel do francês como língua da actualidade, assim como o ensino do francês em Portugal. No congresso que decorre durante os três dias da Expolingua será também apresentada a comunicação «Português: literatura e literacia», assim como um Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa. Em destaque estarão também outras línguas estrangeiras como o inglês, o espanhol e o alemão.

**Música em Portimão**

O agrupamento coral Swidon Male Voice Choir dará um concerto, hoje, às 21 horas, na Igreja Matriz. Amanhã, pelas 21 e 30, o Auditório Municipal será palco de um espectáculo a cargo do Grupo de Metais do Seixal, que interpretará «West Side Story», de L. Bernstein; e «Suite Teatral n.º 5», de A.V. de Almeida.

**Festa no Porto**

A banda de música alemã Unterbrunner Blasmusik Orchester será a responsável pela animação da 15ª edição da Festa de Cerveja, que decorre a partir de hoje e até sábado, dia 28, no Porto Palácio Hotel. A Junta de Freguesia de Ramalde tem patente ao público uma exposição com cerca de 300 trabalhos de idosos oriundos de sete centros de dia. A mostra, em cuja preparação estiveram envolvidos cerca de 400 idosos, inclui trabalhos como painéis, quadros, bordados e muitos artigos em croché.

**«Expo» em Sintra**

A Câmara Municipal promove desde ontem a sétima edição da Expositra – Feira de Actividades Económicas do Concelho, este ano com novidades na área das novas tecnologias e desportos radicais. A Expositra realiza-se no complexo industrial da antiga fábrica da Messa, em Mem-Martins, e durante o evento, que terminará dia 29, irão realizar-se feiras de artesanato e gastronomia, do livro, um salão automóvel e uma mostra de soluções para o comércio electrónico. A feira contará ainda com a realização de espectáculos de música, marionetas e com ateliers infantis.

SUGESTÃO

**TROCKADERO**

Les Ballets Trockadero de Monte Carlo, uma companhia de dança norte-americana exclusivamente masculina, vai fazer reviver os mitos clássicos e modernos do ballet, a partir de sábado, dia 29, e até à terça-feira, dia 31, sempre às 21 e 30, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém. Este agrupamento dançante *sui generis* data de 1974, tendo sido formado com o intuito de apresentar um ballet, mas em forma de paródia, com uma inegável componente humorística, mantendo, isso sim, a condição de absoluta da qualidade técnica ao representar os clássicos.

Assim, os Trockadero inspiram-se na combinação dos seus conhecimentos de dança, chegando inclusive a dançar em pontas sem cair redondos no chão, para interpretar os ballets russos de Monte Carlo, criados em meados da década de 30. «Les Trocks», como são conhecidos, oferecem, pois, um espectáculo de prazer na dança com humor q.b. A não perder!



**POEMA DA SEMANA**

Seleção de Carlos Carranca

**Canção do regresso**

Volto, de mãos vazias,  
Sem ter nada do que quis.  
P'ra morrer bastam dois palmos  
de terra no meu país!

Volto, como quem chora  
por um filho que perdeu...  
P'ra morrer na mesma cama  
em que a minha mãe morreu.

Pobre de quem regressa  
ao jardim e acha um deserto.  
Já perdeu o que está longe,  
Já não tem o que está perto.

**Luiz Goes**

In «De ontem e de hoje»



## MAIS E MELHOR

**A** reforma institucional em curso na Europa está a pôr à vista a situação complexa que se vive na União.

O reforço e o aprofundamento da ideia europeia exigem cada vez mais articulação e solidariedade entre os quinze e isso, já se viu no passado e vê-se agora, é cada vez mais difícil.

Analisar a reforma das instituições (a composição da Comissão, a redistribuição dos votos e a escolha das matérias que podem ser aprovadas por maioria qualificada) como um simples mandato de Amsterdão (restos) visando preparar apenas a União para o grande alargamento é na verdade redutor.

Sendo certo que, sem reforma institucional, a gestão de alargamento se torna complicada e difícil, também é verdade que a reforma das instituições é indispensável (independentemente do alargamento) para prosseguir, com um ritmo aceitável, o processo de integração.

Por isso foi importante que os Quinze acabassem por aceitar a ideia, originariamente apenas defendida pelo Primeiro Ministro português, de associar à discussão e, integrar na Conferência Intergovernamental, a questão das cooperações reforçadas.

Em boa hora o fizeram, pois como os factos recentes de algum modo o demonstram, esta questão e a da maioria qualificada são

as duas únicas que não estão a ser discutidas numa lógica exclusiva de distribuição de poder.

E é aqui que surgem as dificuldades e se detecta a complexidade da situação actual. Reduzir a modernização das instituições a uma mera questão de poder analisando-a numa perspectiva artificial de luta entre as pequenas e as grandes nações é um mau serviço que se presta à Europa e ao seu futuro.

*A ideia fundadora da Europa assenta na Paz e na Democracia e aí não há que fazer distinções, entre grandes e pequenos países.*

Dito isto, é claro que não pode fechar-se os olhos à realidade: um equilíbrio razoável entre os países, nesta fase da construção europeia, deve naturalmente assentar num peso desigual da sua participação.

Diferenciação, contudo, que tem de estar subordinada aos princípios da solidariedade e da legitimidade.

Andou bem o Primeiro Ministro de Portugal recentemente na Cimeira Extraordinária de Biarritz, quando salientou a dupla natureza dos problemas em análise e, dessa forma, evitou o verdadeiro golpe de Estado que estava em curso.

De um lado estão as questões estruturais (as cooperações reforçadas e as maiorias qualificadas) que são as que verdadeiramente fazem avançar a Europa e, no outro lado, as conjunturais

(composição da Comissão e ponderação de votos) que, na fase actual, apenas são factores de perturbação.

Desdramatizar a situação complexa do momento é pois a palavra de ordem.

Tudo pode ser resolvido no Cimeira Europeia de Nice e, sobretudo, tudo pode ser resolvido se a imaginação criadora dos Homens que pensaram a Europa, mas também dos que a fazem no dia a dia, não tiver paralisado.

Novas soluções institucionais e novos desafios são possíveis e desde logo aquela que parece ser a mais arrojada de todas: a criação de uma 2ª Câmara que dê representação igualitária a todos os Estados, permitindo assim o equilíbrio ou desequilíbrio de votos que são indispensáveis.

Neste quadro o tão desejado alargamento de poderes do Parlamento Europeu é perfeitamente defensável e possível.

Em vez de discutir a Europa numa perspectiva imediatista que corresponda à projecção do seu actual equilíbrio a Quinze num eventual equilíbrio a vinte e sete é preciso pensar tão simplesmente em MAIS E MELHOR EUROPA.

Afinal foi Jean Monnet, um dos pais fundadores da Comunidade que afirmou a necessidade de "lazer trabalhar os homens em conjunto, mostrando-lhes que para lá das suas diferenças e por cima das suas fronteiras, eles têm um interesse comum".

«É patente o enorme contraste entre o nível declarado dos rendimentos de muitos indivíduos e estratos sociais e os seus hábitos de consumo e manifestações exteriores de riqueza»

**Fernando Pereira Marques**  
Expresso, 21 de Outubro

«Aspectos próprios de uma realidade terceiro-mundista a que se deverão acrescentar os escandalosos benefícios fiscais de que usufrui a Banca, assim como os especuladores financeiros, nomeadamente os que actuam no "off shore" da Madeira»

**Idem, ibidem**

«A reforma fiscal vai deparar-se com a resistência do patronato que da Europa procura colher as vantagens mercantis mas não a cultura empresarial, no que esta tem de exigente quanto ao respeito pelas regras»

**Idem, ibidem**

«O Orçamento de Estado está apresentado. Os contribuintes e os cidadãos em geral precisam dele.

Um voto negativo será sempre um salto no escuro. Quem o quiser assumirá as suas responsabilidades»

**Guilherme d'Oliveira Martins**  
Ibidem

«O bom-senso exige que cada um diga, com clareza, o que pensa»

**Idem, ibidem**



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

**Ficha Técnica**

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director

**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

---

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA  
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa  
**Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

